



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**PREVENÇÃO DE ACIDENTES NA ÁREA DA INDÚSTRIA NAVAL NO  
ESTALEIRO ILHA S/A – (EISA) NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:  
REFLEXÃO A PARTIR DO SERVIÇO SOCIAL**

Discente: Mariana Gonçalves

Orientadora: Profa. Dra. Mariléia Franco Marinho Inoue

Rio de Janeiro

2014.2

Mariana Gonçalves

**PREVENÇÃO DE ACIDENTES NA ÁREA DA INDÚSTRIA NAVAL NO  
ESTALEIRO ILHA S/A – (EISA) NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:  
REFLEXÃO A PARTIR DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Serviço  
Social da Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, como requisito  
necessário à obtenção do grau de  
bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariléia Franco Marinho Inoue

**Rio de Janeiro**

**2014.2**

Autora:

---

Mariana Gonçalves

Orientadora:

---

Profª Drª Mariléia Franco Marinho Inoue

Examinadores:

---

Profª Drª Maria Magdala Vasconcelos de Araújo Silva

---

Profº Dr Rogério Lustosa Bastos

Rio de Janeiro

2014.2

## **Dedicatória**

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que de alguma forma me estimularam nesta longa jornada chamada vida. Obrigada pelas críticas e elogios. Com grande esforço e superação chego então neste momento.

## **Agradecimentos**

Como não poderia deixar de mencionar, neste instante de alegria e comemoração vem o meu agradecimento, primeiro a Deus, por ter me amparado e me firmado sempre, tornando-me forte em todos os momentos que eu necessitei. Obrigada a minha querida família: meus pais Edson e Meire, juntamente com meus irmãos João e Paula pelos estímulos e encorajamento. Meus familiares, tios, tias e todas as minhas primas. Meus avós, Isabel, Odilon, Teresa e José (IN MEMORIAN). E à pessoas especiais, por tanto me incentivar e trazer exemplos de perseverança. Além de todos os meus maravilhosos amigos e colegas de longa data, e aqueles que eu tive oportunidade de fazer ao longo deste processo como a Tatiane Menezes, Renata Teixeira, Jorge Vasconcelos, Pamela, Camilla, Sara, nossa querida Prof<sup>a</sup> Marileia, Aline Brandão, Amanda, Eliza, dentre muitos outros. Muito obrigada a todos!!! Espero sempre continuar galgando novos desafios, buscando crescimento e aprendizado através desta troca proporcionada, a fim de me empenhar em minha trajetória de vida.

**“A nossa maior glória não reside no fato de nunca cairmos, mas sim em levantarmo-nos sempre depois de cada queda.” (Confúcio)**

GONÇALVES, Mariana. Prevenção de acidentes na área da Indústria Naval no Estaleiro Ilha S/A – (EISA) no Município do Rio de Janeiro: Reflexão a partir do Serviço Social. Rio de Janeiro, 2015. Trabalho de Conclusão de curso (graduação em Serviço Social)- Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

## RESUMO:

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central a importância da prevenção de acidentes na área da indústria naval. A partir da utilização do olhar da Saúde do Trabalhador buscamos relacionar a prevenção em acidentes com a atuação profissional do assistente social neste âmbito de trabalho. Para tanto, fizemos uma breve passagem na intensificação do processo produtivo, remetendo historicamente a corrida constante por altos desempenhos e pressões vivenciadas pelos operários, muito presentes nos dias atuais. Como suporte para nosso trabalho, realizamos pesquisa bibliográfica e utilização de entrevistas em um pequeno estaleiro, o Estaleiro Ilha S/A para análise das ações e projetos relacionados. Em nosso percurso, percebemos doenças diversas, físicas e psicológicas às quais os funcionários estão suscetíveis e apontamos para a importância de haver maior interação entre as diversas áreas de análise do tema para avanços, visando maior qualidade de vida e dignidade para o trabalhador.

**PALAVRAS-CHAVES:** Saúde do Trabalhador, Serviço Social, prevenção de acidentes, indústria naval.

## **ABSTRACT:**

This work Completion of course is focused on the importance of accident prevention in the field of shipbuilding. From the use of workers' health look we seek to relate prevention in accidents with the professional work of the social worker in this field of work. To this end, we made a brief stop in the intensification of the production process, historically referring the constant race for high performance and pressures experienced by the workers, very present today. In support of our work, we conducted literature search and use of interviews in a small yard, the Estaleiro Ilha S / A for the analysis of actions and related projects. In our journey, we realized diverse physical and psychological diseases to which employees are subject and pointed to the importance of having greater interaction between the various areas of issue analysis for advances, aiming higher quality of life and dignity for workers.

**KEYWORDS:** Occupational Health, Social Services, accident prevention, shipping industry.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1**– Vista aérea da EISA Estaleiros S/A..... 37/81

**Figura 2** – EISA- Estaleiro Ilha S/A.....72

## LISTA DE TABELAS

**Quadro 1** – Acidentes de trabalho no Brasil.....19

**Quadro 2** - Acidentes de trabalho registrados em 2011. Dados percentuais por Macrorregião.....32

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**AIDS ou SIDA**- Síndrome da Imuno - Deficiência Adquirida

**AFRMM**- Adicional de Frete da Renovação da Marinha Mercante

**AMRJ**- Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro

**CID**- Código Internacional de Doenças

**CIPA**- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

**DRT**- Delegacia Regional do Trabalho

**EISA**- Estaleiro Ilha S/A

**EMAQ**- Engenharia e Máquinas S/A

**EPI's**- Equipamentos de Proteção Individual

**Superpesa**- conglomerado de empresas brasileiras de capital fechado e privado

**FMM**- Fundo da Marinha Mercante

**INSS**- Instituto Nacional do Seguro Social

**ISHIBRAS**- Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A

**LER**- Lesão por Esforço Repetitivo

**LOAS**- Lei Orgânica da Assistência Social

**N-SAIPM**- Núcleo de Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha

**OIT**- Organização Internacional do Trabalho

**OMS**- Organização Mundial da Saúde

**NR**- Norma Regulamentadora

**PDVSA**- Petróleos de Venezuela S/A

**PETROBRÁS**- Petróleo Brasileiro S/A

**Prominp**- Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

**Prominp Sermetal Estaleiros Ltda**- Estaleiro Inhaúma

**ROA**- Registro de Ocorrências Anormais

**SENAI**- Serviço Nacional de Aprendizagem Indústria

**SESI**- Serviço Social da Indústria

**SESMT** - serviço especializado em engenharia de segurança e medicina do trabalho

**SIPAT**- Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho

**SIT** - Secretaria de Inspeção do Trabalho

**SUS**- Sistema Único de Saúde

**TST** - técnico de Segurança do Trabalho

## SUMÁRIO

<b>1.</b>		
<b>INTRODUÇÃO.....</b>		<b><u>1413</u></b>
<b>2. O que é prevenção de acidentes de trabalho e sua importância para indústria naval do município.....</b>		<b><u>1819</u></b>
<b>2.1. O que é prevenção?.....</b>		<b><u>18</u></b>
<b>2.1.2. A CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).....</b>		<b><u>20</u></b>
<b>2.2. A prevenção no Município do Rio de Janeiro.....</b>		<b><u>31</u></b>
<b>2.3. A importância de se proteger a mão-de-obra qualificada da indústria naval.....</b>		<b><u>37</u></b>
<b>3. O SERVIÇO SOCIAL E A PREVENÇÃO DE ACIDENTES.....</b>		<b><u>42</u></b>
<b>3.1. Uma reflexão a partir do Serviço Social.....</b>		<b><u>45</u></b>
<b>3.2. O Serviço Social e suas formas de atuação em meio à Prevenção de acidentes na área da Indústria Naval.....</b>		<b><u>56</u></b>
<b>4. APLICAÇÃO DA PESQUISA.....</b>		<b><u>61</u></b>
<b>4.1. Passos Metodológicos.....</b>		<b><u>61</u></b>
<b>4.2. O Universo pesquisado: A História da Indústria Naval, seu ocaso e renascimento no Estado do Rio de Janeiro.....</b>		<b><u>63</u></b>
<b>4.3. O Estaleiro Ilha S/A (EISA).....</b>		<b><u>69</u></b>
<b>4.4. O Serviço Social e a idéia de prevenção.....</b>		<b><u>74</u></b>
<b>4.5. A CIPA e a idéia de prevenção de acidentes.....</b>		<b><u>78</u></b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>		<b><u>81</u></b>
<b>Referências Bibliográficas:.....</b>		<b><u>86</u></b>

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da minha estadia como estagiária no Núcleo de Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (N-SAIPM), no setor de Serviço Social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro surgiu oportunidade de observar o trabalho da indústria naval nos arredores do prédio de Serviço Social, que atende os militares, os servidores civis e suas famílias, constatando a importância da prevenção em acidentes no trabalho daquela empresa.

Desta forma, propomos um estudo sobre o assunto e para tanto iniciaremos descrevendo a história e a importância da indústria naval no Município do Rio de Janeiro, para assim abordar a relevância da prevenção de Acidentes de Trabalho nesta atividade, uma vez que a mão-de-obra que trabalha nesta ocupação é qualificada em uma área de suma necessidade para o Estado do Rio de Janeiro.

O objetivo pelo qual se pauta a presente pesquisa é adentrar na questão preventiva de acidentes no trabalho na indústria naval para assim compreender possíveis demandas, oriundas de acidente no trabalho. Para tanto, como procedimentos faremos um levantamento dos tipos de medida de prevenção de acidentes na área da indústria naval que serão utilizados e promoveremos uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a prevenção de acidentes no trabalho no Município do Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, seguiremos com pesquisa bibliográfica específica (livros, internet e sites), de maneira a discorrer sobre o setor da prevenção em acidente no trabalho.

A hipótese que norteou esse trabalho de pesquisa é o apontamento da Lei Orgânica da Saúde para acidente de trabalho aos riscos ou vulnerabilidade que a mão-de-obra da indústria naval qualificada está sujeita inserida no contexto avaliado, assim como todo o investimento para a qualificação desses trabalhadores sendo posto em risco em situações de acidente de trabalho.

Neste primeiro capítulo busco conceitos teórico-metodológicos sobre saúde do trabalhador, como referência trazida no artigo de Lacaz (2007) sobre o tema, o qual aborda a constante do trabalho ainda ser visto muitas vezes de forma descolada da saúde e seus cuidados. Seguindo essa perspectiva, entendemos que o indivíduo deve estar sempre em perfeitas condições não sendo admissível qualquer tipo de mal estar que comprometa em algum sentido a execução de suas funções designadas. Nesse contexto, falaremos do privilégio do assistencialismo no trato da saúde e da situação de fragilidade dos movimentos sindicais.

A saúde do trabalhador é campo que enfoca seus conhecimentos e prática na saúde coletiva. Buscando e intervindo no trabalho e no processo saúde-doença. Estes conceitos se contrapõem a saúde ocupacional. A procura é renovar esse olhar levando em conta determinações sociais deste processo como o sofrer o adoecer e o morrer das classes sociais inseridos em processos produtivos. Trata-se do quanto a sociedade considera algumas referências como verdadeiras na leitura de Foucault (2005), colocando essa visão da necessária, plena e eterna saúde para os fins de trabalho.

Em meio ao crescimento e expansão industrial no século XIX, houve uma intensificação da força de trabalho e aumento da exploração, a resultante da submissão dos trabalhadores a um processo mais acelerado e desumano de produção, exigiu uma

intervenção e controle que mantivesse viável a sobrevivência e reprodução do próprio processo produtivo e da mão de obra. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, foi comprovando a importância de um serviço como esse dentro das fábricas. Assim, em 1953, através da "Proteção da Saúde dos Trabalhadores", a Conferência Internacional do Trabalho instava aos Estados Membros da OIT que fomentassem a formação de médicos do trabalho qualificados e o estudo da organização de "Serviços de Medicina do Trabalho". Em 1954, a Organização Internacional do Trabalho convocou um grupo de especialistas para estudar as diretrizes gerais da organização gerada para esse fim.

A Saúde Ocupacional é normalmente referida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Responsável por normatizar assuntos como a saúde e segurança dos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) através das Normas Regulamentadoras. Até há interesse na promoção de condições de trabalho satisfatórias à saúde física e psíquica dos funcionários e ainda, adoção de medidas voltadas à prevenção de riscos e acidentes, seu nível de atuação restringe-se ao âmbito do trabalho permanecendo focado apenas nos trabalhadores e em normas pactuadas entre governo, trabalhadores e empregador, que não respeitam o sujeito social. Uniformizando e padronizando os procedimentos para o atendimento ao regime capitalista de produção, um atendimento que não leva outros aspectos em conta.

É a tarefa de cuidar da "adaptação física e mental dos trabalhadores" na Medicina do Trabalho, supostamente contribuindo na distribuição por lugares ou tarefas correspondentes às aptidões. A "adequação do trabalho ao trabalhador", limitada à intervenção médica, restringe-se à seleção de candidatos a emprego e à tentativa de



adaptar os trabalhadores às suas condições de trabalho, através de atividades educativas. A sua tarefa é “contribuir ao estabelecimento e manutenção do nível mais elevado possível do bem-estar físico e mental dos trabalhadores”. Possui caráter de onipotência, próprio da concepção positivista da prática médica.

Portanto, já com a Saúde do Trabalhador é rompida a concepção hegemônica que percebe causalidade entre a doença e um agente específico, ou um grupo de fatores de risco presentes no ambiente de trabalho. Apesar das dificuldades teórico-metodológicas enfrentadas, a saúde do trabalhador busca a explicação sobre o adoecer e o morrer dos trabalhadores com o estudo dos processos executados, com o conjunto de valores, crenças e idéias. As representações sociais, e a possibilidade de consumo de bens e serviços, na civilização urbano-industrial. Em alguns aspectos, é um avanço para classe trabalhadora, mas o Capitalismo apresenta e até mesmo vive de contradições.

Mas essas mesmas considerações colocadas como verdadeiras podem ser analisadas e revistas aos olhos dos "sujeitos assujeitados" nesta condição. Dessa forma, reproduz maior eficácia a política de grupo contra-hegemônico, formulando conhecimentos e práticas para os dominados. As relações de poder conformam a saúde ocupacional, contribuindo de muitas maneiras para alienação e desinformação do trabalhador e a ação autoritária dos profissionais de saúde no trabalho e fora dele. Visando ampliação dessa visão e sua superação através de enunciados, pressupostos, normas, regras, instituições e sujeitos é construído e composto o campo contra-hegemônico da Saúde do Trabalhador.

A Saúde do Trabalhador ganha mais força e notoriedade a partir da década de 1980 sobretudo no contexto da Reforma Sanitária, com a crescente participação dos trabalhadores. Há maior produção acadêmica a cerca do assunto e programação em saúde na rede pública. Este campo em expansão utiliza a referência e questiona a Medicina do Trabalho e a Saúde Ocupacional, que incorpora conceitos clínicos e epidemiológicos como a história natural da doença e a epistemologia para relacionar as doenças e acidentes decorrentes do trabalho proposto em 1950, pelo Comitê Misto de Peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Estes dois conceitos estão abertos para pontos em comum e são discutidos inter e multiprofissionalmente, verificando as possibilidades de suas emergências.

Portanto a luta aqui é para com a maior participação ativa dos trabalhadores na ampliação dessas informações e na busca de instrumentos que privilegiem as medidas de prevenção por este viés. Obviamente com este posicionamento há um embate nos interesses que aparecem através de conflitos e contradições claras. As relações trabalho-saúde vão de encontro à relação estrutural estabelecida do capital, levantando possibilidades de transformação social, com a luta política do pólo trabalho na sociedade.

## **2. O que é prevenção de Acidentes de trabalho e sua importância para indústria naval do Município**

### **2.1. O que é prevenção?**

Entende-se pelo ato de antever, precaver. Buscando dessa forma cautela e prudência nas ações executadas. No caso das indústrias o foco está nas tarefas feitas por si mesmo e por terceiros. A partir de estudos nacionais e internacionais, extraídos de sites como IBGE e SESI, a maioria dos acidentes e doenças decorrentes do trabalho acontecem, principalmente, devido a falhas, diversos descumprimentos, a não utilização e a falta de equipamentos e pessoal aptos a seus manejos.

Como exemplos da falha no planejamento e gestão gerencial compromissada com ações de prevenção, há a falta de conhecimento dos riscos existentes, uso de drogas no ambiente de trabalho, ou ainda, o uso de máquinas e equipamentos ultrapassados ou defeituosos, assim como ferramentas gastas ou inadequadas. É preciso haver avisos, sinalização sonora ou visual sobre os riscos. Outro ponto crítico é a prática do improvisado e a pressa por parte dos funcionários e da equipe como um todo. A precaução está atrelada a uma ventilação adequada ou ao sistema de exaustão de ar contaminado, ciência e cuidados ao manejar certos materiais e substâncias como a radiação, prejudicial à saúde. Já que a Saúde Ocupacional se relaciona com os riscos individualizando e culpabilizando os sujeitos.

Condições não condizentes com a prática executada no local, bem como a umidade excessiva, iluminação deficiente ou inexistente, e a utilização de escadas, rampas e acessos sem proteção coletiva adequada e instalações elétricas precárias ou defeituosas (deve-se atentar à presença de ruídos e vibrações, e até mesmo temperatura adequadas, podendo o calor ou o frio excessivo ser prejudiciais). Desta maneira, há uma série de regras e adequações necessárias previstas em legislação, que dizem respeito a itens tais como a arrumação e a limpeza, a orientação, porque a Saúde Ocupacional traz a higienização do ambiente, ordem de serviço ou treinamento adequado para cada função.

## **Acidentes de trabalho no Brasil**

<b>Ano</b>	<b>Acidentes</b>	<b>Doenças</b>	<b>Mortes</b>
1990	693.572	5.217	5.355
1995	424.137	20.646	3.967
2000	363.868	19.605	3.094
2005	499.680	33.096	2.766
2010	709.474	17.177	2.753
2011	720.629	16.839	2.938
2012	705.239	14.955	2.731

**Quadro 1** – Fonte: <http://www.fetecpr.org.br/trabalho-que-fere-adoece-e-mata/>

Em suma, os acidentes podem ser evitados se providências forem adotadas com antecedência e de maneira compromissada e responsável. Entretanto, há que se lutar para que haja mudanças no processo de trabalho. Observarmos modelos de saúde ocupacional nos serviços de perícia médica realizado nas instituições públicas. Exemplos em que a centralização da figura do médico e na doença é notado. Regulamentados através de documentos institucionais específicos. Na Medicina do Trabalho é avaliada a capacidade do candidato à determinada ocupação e acompanhamentos periódicos de sua saúde, dando ênfase aos riscos ocupacionais aos quais os trabalhadores ficam expostos. Constitui fundamentalmente uma atividade médica ocorrendo tipicamente nos locais de trabalho.

A Saúde do Trabalhador busca superar o enfoque da determinação no social, reduzido ao processo produtivo, desconsiderando a subjetividade. A vida em sociedade exige regras de comportamento fundamentais para sua sobrevivência e no mundo do trabalho, os acidentes e doenças, além de provocarem elevados custos, agridem a integridade física e mental do homem e tumultuam a vida dos trabalhadores, familiares e amigos.

### **2.1.2. A CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)**

Algumas Indústrias têm a atuação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que segundo legislação é uma comissão constituída por representantes indicados pelo empregador e membros eleitos pelos trabalhadores, em

cada estabelecimento da empresa. Esta comissão tem a finalidade de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. A CIPA tem suporte legal no artigo 163 da Consolidação das Leis do Trabalho e na Norma Regulamentadora nº 5 (NR 25), aprovada pela Portaria nº 08/99, da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. A NR 5 trata do dimensionamento, processo eleitoral, treinamento e atribuições da CIPA. As empresas devem constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes nos estabelecimentos que se enquadrem na NR 25, de acordo com a atividade econômica e o número de empregados.

Todo homem precisa ter o direito fundamental de viver e trabalhar em um ambiente sadio. As empresas na área da Indústria Naval no estado do Rio de Janeiro que se prezam devem ter esse cuidado e esse entendimento. Para tanto, são realizados cursos para os componentes da CIPA, elaborados pensando em seu treinamento que ocorre antes da posse, para seus membros, suplentes e titulares.

O treinamento disseminado entre os demais funcionários da empresa deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias após a data da posse. E, a empresa que não necessitar de uma Comissão Interna como essa, deverá promover anualmente treinamento para o responsável.

Quanto ao treinamento deverá conter carga horária de vinte horas, ser ministrado por profissional especializado e fazer um estudo do ambiente, das condições de trabalho, buscando aprimorar a metodologia na investigação de acidentes no trabalho e doenças relacionadas. Deve trazer noções sobre acidentes e doenças

diversas como a Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida (SIDA/AIDS). Abrangendo legislações trabalhistas, princípios gerais de higiene do trabalho e falar da organização da CIPA. O objetivo desta Comissão é tornar o trabalho compatível com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. E a transformação do processo de trabalho, embora entre em pauta, precisa ser mais debatida e visualizada.

Segundo a Constituição, é obrigação das empresas que trabalham com vínculos empregatícios adquirirem CIPA, os empregadores os seus equiparados para tanto devem possuir um mínimo de funcionários estabelecido. E nos casos das empresas com número inferior, é estabelecido que se indique um designado. As empresas que possuam dois ou mais estabelecimentos em um município deve garantir a integração das Comissões e dos designados visando intercambiar suas políticas. Para ser membro da Comissão, há um processo eleitoral, e calendário que deve ser respeitado para a eleição. Com sessenta dias de antecedência da posse, há um edital de convocação. É feita formação da Comissão Eleitoral dentro de cinquenta e cinco dias antes do término de cada mandato e cinco dias após a convocação da eleição é enviada cópia do Edital de Convocação ao Sindicato.

No calendário de Processo Eleitoral as inscrições ocorrem vinte dias antes da eleição. Faltando quarenta e cinco dias para o término do mandato, é feita a publicação do edital com a inscrição dos candidatos. Quando faltam seis dias para as eleições terminam as inscrições de candidatos. Sendo a retirada do Edital de Inscrições no dia seguinte ao encerramento das inscrições. E no mesmo dia da eleição é retirado o Edital de Convocação. A Eleição então é realizada com votação secreta, ocorrendo trinta dias antes do término do mandato anterior.

A apuração é no mesmo dia da eleição e seu resultado é no dia seguinte através de Ata. É comunicado ao Sindicato sobre o resultado e data da posse, quinze dias após a eleição. Com até dez dias decorrentes da posse é feito registro na Delegacia Regional do Trabalho (DRT). E a posse ocorre no primeiro dia útil ao término do mandato anterior. Nos casos de empreiteiras, que são empresas prestadoras de serviço, o local no qual os empregados exercem suas atividades é considerado estabelecimento. Desta forma, havendo mais de uma empresa, a Comissão deve se empenhar para um maior alcance e disseminação do conhecimento acerca de proteção e prevenção de acidentes e doenças no trabalho que englobe a todos trabalhadores do local.

Portanto, uma CIPA é composta por representantes, do empregador e dos empregados como previsto em NR. Com exceção das alterações disciplinadas em atos normativos para setores específicos. Os representantes são escolhidos através de votação secreta exclusivamente dos empregados interessados. O número de titulares e suplentes é estabelecido de acordo com o enquadramento mais adequado nas NR's. O mandato dos representantes da CIPA dura um ano, podendo haver reeleição. Em casos de número insuficiente de candidatos, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) deverá ser comunicada para tomar providências cabíveis.

Como citado é vedado dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado eleito para cargo de direção desde seu registro de candidatura, até um ano do término de seu mandato, estabilidade prevista no artigo 10º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e especialmente no enunciado TST Nº 393. Ainda sobre a organização, é garantido aos membros condições para realizar suas atividades normais



na empresa. Cabe ao empregador a discussão e encaminhamento de questões colocadas. Sendo que o presidente da Comissão é indicado pelo empregador e o vice-presidente deverá ser escolhido entre os titulares.

Seus membros eleitos são empossados no primeiro dia útil do mandato anterior. Sendo a primeira Comissão da empresa, a posse ocorrerá conforme data estabelecida em edital de convocação para eleições. Será indicado entre os cipeiros um secretário e seu substituto. Após a posse, a empresa deve protocolar em até dez dias no DRT, cópias das Atas de eleição e de posse e o calendário anual das reuniões ordinárias. E o número de representantes não pode ser reduzido.

A CIPA busca percorrer esses passos para manter sua organização. É considerada obrigatória sua presença, em todos os tipos de empresa e variados tipos de indústria existentes atualmente, enquadradas nos devidos casos como descritas anteriormente. Cada uma destas com seus critérios próprios estabelecidos nas Normas Regulamentadoras e buscando ampliação nos conceitos de qualidade e eficiência.

Compete à CIPA elaborar um plano de trabalho, realizar periodicamente verificação nos ambientes e condições de trabalho identificando assim os riscos durante este processo. Seguir divulgando aos funcionários informações sobre saúde e segurança no trabalho, realizar após cada reunião verificação do cumprimento das metas fixadas colaborando para desenvolvimento e implementação de programas de saúde e segurança no trabalho. Divulgar e promover o desenvolvimento das Normas Regulamentadoras bem como cláusulas de acordos e convenções coletivas de trabalho e normas internas de segurança. Todavia existe uma vulnerabilidade latente.

Outras atribuições apontam para importância da participação junto ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) sobre as causas das doenças e dos acidentes propondo novas medidas de soluções dos problemas identificados. Bem como a promoção anual em conjunto ao SESMT da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) e também participar juntamente da empresa de Campanhas de Prevenção à AIDS e outros programas de saúde. Para tanto, o empregador deve proporcionar número de integrantes suficiente para viabilizar os meios necessários para o bom desempenho destas funções. É preciso empenho nas atribuições dos membros da CIPA, tais quais: dos empregados, do Presidente e do Vice-Presidente, e do Secretário.

A citada Comissão Interna terá reuniões ordinárias mensais, que terão Atas assinadas pelos presentes ficando a disposição da fiscalização seguindo calendário e sendo realizadas na empresa e em local apropriado. Nestas reuniões, o membro titular perderá o mandato caso falte quatro vezes sem devida justificativa. Se houver afastamento do Presidente, o empregador indicará substituto em dois dias úteis, preferencialmente entre os membros envolvidos. Do mesmo modo, havendo afastamento do Vice-Presidente os membros deverão escolher substituto entre os membros eleitos em dois dias úteis.

As indústrias regularizadas com CIPA devem seguir um plano de ação, que consiste em cumprir metas de prevenção e organização das ações de um grupo respondendo três perguntas: Como estamos? O que pretendemos? E, como chegar lá? Dentro deste contexto, as reuniões são fundamentais. Ocorrem nos períodos demarcados, com lista de presença, abordando assuntos diversos pertinentes à

proteção e saúde. São feitas estatísticas mensais de acidentes e análise dos mesmos. Embora a Comissão Interna de Prevenção em Acidentes represente um espaço de levantamentos, questionamentos e sugestões para uma prática de trabalho mais segura, ela não abraça a vulnerabilidade e a questão social fica diversas vezes inquestionada ou é apenas perpassada rapidamente e não há comprometimento devido com a luta de classes, interferindo em avanços adequados e que questionam politicamente o papel dos sujeitos sociais dentro de uma fábrica ou indústria ou qualquer organização trabalhista. Existem acompanhamentos dos assuntos pendentes e do plano de ações e é relatado através de Atas. Mais adiante será analisada a crítica de Idelberto Muniz de Almeida (2010) acerca da CIPA que tem como base.

Essa antiga (e persistente) forma de raciocinar, além de embutir e alimentar preconceitos contribuiu para a difusão de uma forma de pensar sobre a segurança, sobre as causas dos acidentes e das doenças que, na prática, quase sempre se resumia à idéia de culpar a vítima e deixar intocados o trabalho e a forma de funcionamento das empresas em que os problemas aconteciam. (DIESAT, 2010)

Cabe também a responsabilidade da elaboração de mapeamento de riscos executando diagnóstico, em seguida o consenso do grupo e depois a validação dos riscos. Este método é obtido através de mapas, ou uma espécie de planta de cada área de atuação sinalizando de diversas maneiras, o grau de gravidade observado com cores correspondentes a cada nível de perigo e círculos de diferentes tamanhos que sinalizam e delimitam cada área e a ordem crescente destes. Possibilitando visualizar melhores formas de atuação em cada espaço específico.

As cores dos círculos têm importante representação. Cada uma trata de um tipo de perigo específico. Os verdes são sobre potenciais riscos físicos, os marrons biológicos. Vermelhos sinalizam químicos, os amarelos ergonômicos e os azuis

expressam risco de acidentes. É extremamente necessário a separação e cuidados específicos com cada um destes elementos. Cada um deles exige modos diferentes e diversos de atuação em seus manejos, cuidados, controle e prevenção.

Os chamados riscos ambientais são agentes presentes nos ambientes de trabalho. Podem provocar doenças profissionais ou acidentes com lesões imediatas. São capazes de afetar o trabalhador a curto, médio ou longo prazo. É uma atribuição deste segmento a identificação e cumprimento de relatórios de riscos existentes nos setores e processos de trabalho, para tanto é preciso uma permanente busca por conhecimento e domínio a fim de solicitar medidas que possam neutralizar ou eliminar os riscos. Quando identificados, sempre devem ser transcritos nos Mapas de Riscos. Devem ser sinalizados e prevenidos. Os Riscos Ambientais são os já mencionados Riscos Físico, Químico, Biológico, Ergonômico e de Acidente.

Os principais elementos de cada um destes cinco grupos são, em se tratando de Riscos Físicos a umidade, pressões anormais, radiação ionizantes e não ionizantes, frio, calor e ruído. No grupo dois que engloba os Riscos Químicos estão as poeiras, fumos, gases, vapores, produtos químicos em geral e névoa. Os vírus, fungos, bactérias, parasitas e bacilos pertencem ao grupo dos Biológicos. Nos Riscos Ergonômicos se inserem tanto a monotonia ou a repetitividade, os trabalhos em turno noturno, os diversos esforços físicos intensos bem como o levantamento e transporte manual de peso. E no quinto grupo, que trata de Acidentes estão as máquinas e equipamentos sem proteção, os armamentos, arranjos físicos e ferramentas inadequadas e também eletricidade.

Através do mapeamento de riscos e da divisão e estudo acerca de cada um deles e suas formas e meios de enfrentamento mais adequados, visando uma melhor elaboração, troca de conhecimentos e divulgação de informações entre os funcionários, agrupando-as para estabelecer o diagnóstico da situação. As metas consistem na proteção do trabalho através do uso de Equipamentos de Proteção Individual. A neutralização e isolamento do risco através do uso de Equipamento de Proteção Coletiva, o objetivo ideal dessa forma é eliminar o Risco. Sendo o Mapa de Riscos refeito a cada nova gestão da CIPA.

Para um levantamento dos Riscos Ambientais inicialmente é preciso dialogar com os empregados buscando o maior número de informações possíveis sobre as atividades exercidas sem, contudo induzir ou direcionar respostas. Fazer análise e elaboração de cada setor, criando um roteiro de abordagem relatando toda ordem de riscos encontrados através de aplicação de um questionário. O maior desafio nesta tarefa de mapeamento consiste na falta de capacidade, subsídios técnicos capazes de identificar, avaliar e controlar os riscos existentes no processo produtivo, além de, muitas vezes, grande falta de informação.

No decorrer da elaboração do Mapa de Riscos, sua apresentação gráfica deve ser feita de modo a permitir uma rápida e fácil identificação. Por essa razão é atribuída cores diferentes para cada tipo e os mesmos são representados em formas de círculos, sendo o número de trabalhadores expostos anotado dentro de cada círculo. Como colocado anteriormente, a indicação dos locais de risco é feita na planta baixa ou no esboço dos setores da empresa, desenha-se então os círculos correspondentes, delimitando suas áreas e expondo sua fonte de origem.

Toda essa atenção e cuidados são benéficos para a empresa porque facilita a administração da prevenção de acidentes e das doenças relacionadas ao trabalho. Estimulando a companhia a adquirir ganhos na qualidade e na produtividade. Aumentando diretamente os lucros e, de sobra cumpre exigências legais na medida de informar os riscos que o trabalhador está exposto. Os conceitos legais definem acidente de trabalho como ato ou ação provocada pelo exercício do trabalho ou a serviço da empresa que pode provocar vários tipos de danos, temporários ou permanentes como lesão corporal, redução da capacidade, perturbação e/ou morte. Podendo ser acidente fora do horário e local de trabalho, de trajeto, típico do trabalho, força maior, ato de terceiros ou causas de incapacidade associadas.

Há diferenças relacionadas entre as doenças profissionais e as doenças do trabalho. As primeiras são desencadeadas ou produzidas pelo exercício do trabalho peculiar de determinada atividade exercida. Por exemplo, o saturnismo, uma intoxicação provocada em quem trabalha com chumbo E, as doenças do trabalho como a surdez, adquirida no serviço em local extremamente ruidoso. Portanto, se caracteriza quando há relação direta com determinado trabalho ou quando há funções de condições especiais em que o trabalho é realizado.

Um conceito na área da prevenção consiste em considerar todo acidente importante afinal não é possível prever se provocará lesões ou não no trabalhador. Quando ocorre acidente do trabalho é preciso respeitar critérios de comunicação como: primeiramente toda e qualquer ocorrência neste sentido deve ser informada à empresa imediatamente de acordo com a legislação pelo acidentado ou por qualquer pessoa que dele tiver conhecimento. Por parte da empresa com a Previdência Social até o primeiro

dia útil seguinte ao da ocorrência. E, havendo casos de morte é obrigatória a comunicação à autoridade policial.

A atuação da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) intenciona a observação por meio de relatórios das condições de risco nos ambientes de trabalho, viabilizando e levantando medidas a fim de reduzir ou eliminar os riscos existentes, buscando sua neutralização. O eixo fundamental desta organização tem a base no diálogo, estabelecendo uma relação de conscientização de forma participativa viabilizando a proximidade entre gerentes e empregados. Usam formas diversas para conscientizar a respeito da importância da proteção da mão de obra utilizada para determinados serviços. O objetivo é humanizar o trabalho, melhorando suas condições, entretanto há muito que ser questionado. Esta organização é um órgão acima da corporação e independente, não é subordinado a nenhum funcionário ou a nenhuma área da empresa. O uso de equipamentos individuais ou coletivos elimina a vulnerabilidade do trabalhador que lida com as tarefas específicas?

Os membros da CIPA, que são eleitos representantes dos empregados, ocupam este cargo por volta de dois anos, durante este período há estabilidade, sendo desligados apenas por justa causa. Na verdade, esta estabilidade engloba o período de candidatura até um ano posterior ao mandato, é o que garante a Constituição Federal brasileira e as Consolidações das Leis do Trabalho. Portanto a empresa que constitui CIPA é composta por representantes do empregador que são por ele designados e dos representantes dos empregados eleitos. Os estabelecimentos precisam estar enquadrados nas Normas Regulamentadoras, sendo a NR-5 a base. Há um responsável por verificar seu cumprimento.

Aos membros representantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, compete a divulgação sobre segurança e saúde no trabalho. Precisam mostrar e promover o cumprimento das Normas Regulamentadoras (NR's), colaborando no desenvolvimento e implementação de metas e planos de atuação. Cabe a esses membros a elaboração e a promoção da Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT) que ocorre anualmente. Havendo reuniões, que serão comprovadas a nível presencial através de atas que ficam no estabelecimento à disposição dos agentes de inspeção do trabalho, sendo assinadas pelos presentes e suas cópias encaminhadas para todos os membros.

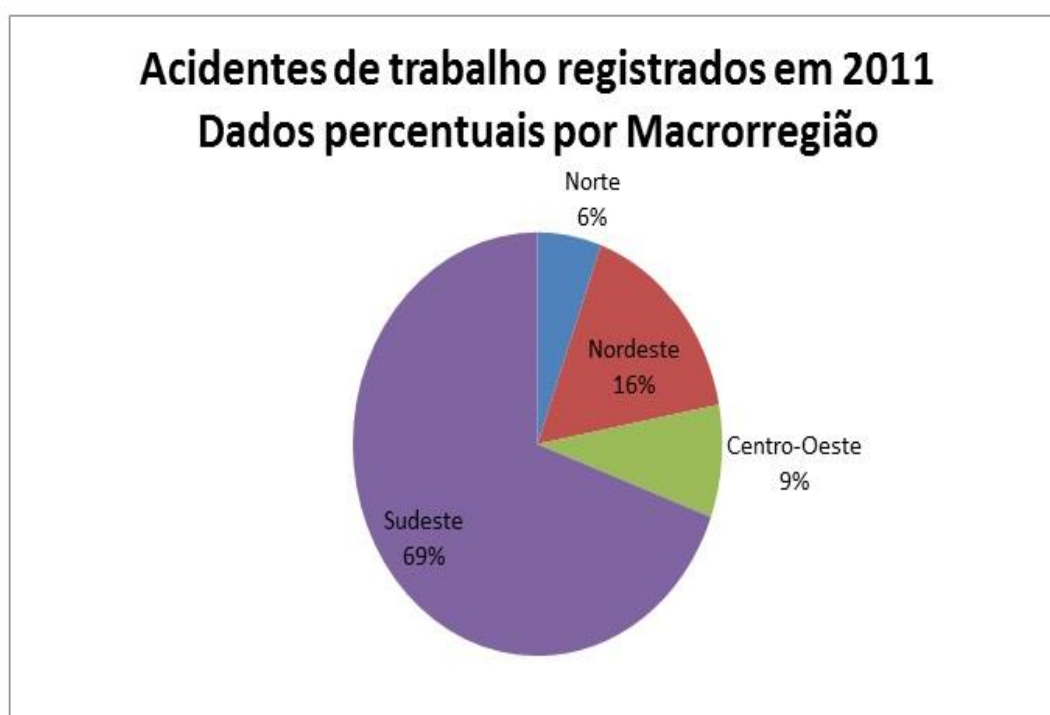
## **2.2. A prevenção no Município do Rio de Janeiro**

No mundo alguns acidentes se tornaram exemplos de descuido com a segurança. Em 1988, na Escócia um acidente chamou atenção: o da plataforma Piper-Alpha (JEZEQUEL, 2001). No Brasil dois grandes acidentes causaram comoção. O primeiro diz respeito ao Edifício Joelma, que se tornou conhecido nacional e internacionalmente quando um incêndio matou 187 pessoas, em 1º de fevereiro de 1974. Mais recentemente o incêndio da Boate Kiss no sul do país, chama atenção para a necessidade de se investir em segurança e prevenção assim como na mudança do processo de trabalho dos funcionários atuantes.

Por fatos como estes, é relevante investir na conscientização e importância da prevenção em acidentes de trabalho. Levando em conta o território geográfico nacional



que possui grande área litorânea remetendo a estratégias e a potenciais espaços fortemente visados para a indústria naval, inclusive a níveis internacionais. O Brasil deve se valorizar e perceber o quanto há de riquezas naturais aproveitáveis para finalidades de múltiplos serviços não encontrados facilmente. Deve-se notar a evidência da grandiosidade de haver este espaço ao longo de toda a costa do país.



**Quadro 2-** Fonte: <http://www.tst.jus.br/web/trabalhoseguro/dados-nacionais>

No caso do Rio de Janeiro, situado no litoral não é diferente. No Estado há grandes investimentos devido a essa posição ocupada, historicamente marcada pelo processo de fabricação de embarcações, montagem, facilidade para importação e exportação de materiais, atraindo empresas offshore e outros serviços. Os portos nacionais embora de pequeno porte (se comparados aos maiores portos mundiais, em

sua maioria concentrados na China, Coreia e outros países asiáticos e também na Holanda e tantos mais territórios com potenciais marítimos) apresentam possibilidades de expansão e melhorias para o mercado, lucros e possibilidades de investimentos financeiros para o Estado e o setor empresarial, representando oportunidades de trabalho para a classe trabalhadora e hoje, a recente descoberta do pré-sal movimentando novamente com fervor esse imenso mercado.

Para tal será dada maior visibilidade a questão do trabalho e dos meios viáveis de se obter proteção na medida preventiva de acidentes decorrentes na área. É fundamental remeter a conceitos ligados a segurança no trabalho para compreendermos o verdadeiro sentido de prevenção de acidentes. Cabe tipificar tais acidentes a fim de compreendermos e encaminharmos as questões de direito corretamente. A segurança e prevenção são critérios base para todas as atividades laborais.

Sander (s/data) nos auxilia a conceituarmos o acidente no trabalho, que segundo ele ocorre pelo exercício do trabalho, a serviço da empresa. Podendo provocar lesão corporal, alteração funcional que cause morte, perda ou redução da capacidade para o trabalho. Sendo condição permanente ou temporária. Um acidente pode se dar por ofensa física intencional por motivo de trabalho de terceiros, ou ainda por ato de imprudência ou negligência de terceiros.

Dentro do universo das indústrias navais do Estado e de diversos tipos de empresas que devem estar em dia com as condições de trabalho, viabilizando maneiras de assegurar a saúde dos funcionários, bem como a higiene adequada para execução dos serviços. São difundidos e examinados a fim de se aprimorar as técnicas de

prevenção. Seguindo conceitos do autor citado, ele afirma que o acidente típico é aquele com lesão que ocorre no ambiente de trabalho, quando a empresa fornece aeronave ou embarcação e ocorre acidente, ele é enquadrado como típico. Já o acidente de trajeto acontece no deslocamento entre a casa e o trabalho e no intervalo para refeição fora da empresa. Diferenciando-os e enquadrando corretamente, segundo seus conceitos.

Um acidente que não seja a serviço e se dá fora da mesma, por motivos pessoais, ou ainda no estacionamento da companhia, não estando a serviço, e quando residindo em propriedades da companhia não exercendo atividades voltadas a seu emprego não será considerado acidente de trabalho. Dividindo dessa forma fica mais prático tanto para burocracias internas e procedimentos técnicos internos específicos de cada companhia como para documentos e trâmites recorrentes, além de processos clínicos posteriores relacionados nas Indústrias Navais que são o assunto abordado.

O autor afirma que o acidente impessoal é aquele cuja caracterização independe de existir acidentado, é a ocorrência eventual de que resultou o acidente pessoal. Já o acidente pessoal é a maneira como o acidentado entrou em contato com a fonte da lesão, podendo haver afastamento. São acidentes pessoais os impactos sofridos por pessoas, inalação, ingestão entre outros. Definições cruciais em se tratando de um acidente ocorrido na área da indústria Naval – e de quaisquer outras áreas, mas a mencionada pelo fato de haver grande grau de periculosidade na rotina de trabalho desta empresa, e enormes fontes de perigo para os empregados.

Com a corrida pela modernização e atualização tecnológica buscada por todas as firmas inseridas no contexto atual de capitalismo, essa busca desenfreada pode

acabar por acarretar danos algumas vezes irreversíveis como doença ocupacional que se caracteriza sendo produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho. A chamada natureza da lesão é a expressão que a distingue das demais. Localização da lesão é a indicação de sua sede, como mão, braço, crânio, etc. Fonte da lesão é a substância, energia ou movimento do corpo que diretamente a provocou: máquinas em geral, escadas, estruturas e edificações, equipamentos de aquecimento ou de guindar, substâncias, produtos, motores, bombas. Equipamentos facilmente encontrados em qualquer estaleiro no Município do Rio de Janeiro.

Outro conceito importante é a natureza do trabalho, sendo esta o tipo de tarefa que estava sendo executada durante atividade, ação ou trabalho que o acidentado estava desenvolvendo quando ocorre o acidente e, condição ambiente diz respeito do meio que causou o acidente ou contribuiu para sua ocorrência. Pensando em um ambiente de indústria como um estaleiro, deve-se sempre buscar o agente do acidente restringindo-o dos demais que segundo Sander (s/ano) é o objeto, substância ou local no qual existia a condição ambiente de insegurança. Podem ser as superfícies e estruturas, máquinas entre outros.

Toda e qualquer indústria na área deve se ater a estas condições para estar ajustada nas NR, considerando apontamentos no mundo do trabalho e segurança como causa básica e imediata: feita no Registro de Ocorrências Anormais (ROA) instrumento utilizado como apêndice para fazer a devida ocorrência nas empresas de modo geral. Condição ou fator que origina o ato inseguro é a causa básica. É a origem da causa do acidente, falhas, seja no projeto ou no planejamento do trabalho. Ou ainda atitudes impróprias e problemas de saúde: quando não se leva em conta o processo de

trabalho. Causa imediata é a causa que diretamente provocou o acidente ou que contribuiu para sua ocorrência. Uma lesão pode ser classificada de acordo com a incapacidade temporária ou permanente, ou até mesmo morte, algum tipo de restrição de atividade ou se teve retorno imediato ou não.

Ao preencher os relatórios de ocorrência para a não conformidade em casos de acidente no trabalho são assinalados itens como a matrícula e nome do acidentado, o tipo de lesão, a natureza da lesão e do trabalho. Deverá constar a classificação da atividade, a localização assim como a fonte da lesão. Se pessoal ou impessoal. Sempre observando as condições ambientes, se é ato inseguro. Também serão descritos: o agente do acidente, o local, país, jornada, Código Internacional de Doenças (CID). Se o acidente ocorrido é causa básica ou causa imediata, regime, unidade, descrição e medidas. As Indústrias Navais do Estado do RJ, também devem de ater a estas normas técnicas a fim de se resguardarem por um lado e para assegurar ao acidentado alguma forma de garantia ou de atenção mínima após o acidente de trabalho.

O ato do acidente é registrado através de datas e horas. Desde sua ocorrência. Existe a data do afastamento, havendo lesão com afastamento. Registro de alta, indicando danos materiais, omissões ou ações. Esses dados são recolhidos pelo supervisor imediato do acidentado, o empregado da área de segurança industrial que participou da investigação do caso ocorrido, e o gerente do órgão. Este último assinando e datando.

As doenças e lesões originadas no trabalho seguem os critérios do Código Internacional de Doenças que é introduzido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). No município do Rio de Janeiro busca-se aprimorar pontos relativos ao custo da

lesão, sendo o cálculo a partir dos dias perdidos e do salário bruto do acidentado. As medidas preventivas ou corretivas são adotadas enumerando as ações para prevenir ou minimizar o acidente em questão. O ponto mais importante em pauta, indo além de todos os critérios estabelecidos em casos de ocorrências de acidentes é a própria prevenção, a permanente vigilância e os contínuos cuidados e observações. Neste sentido, novamente se ganha visibilidade a necessidade de se antever, de imaginar meios possíveis de minimizar e resguardar ao máximo através da prevenção.

### **2.3. A importância de se proteger a mão-de-obra qualificada da indústria naval**



**Figura 1-** Fonte: <http://www.naval.com.br/blog/2011/05/25/grandes-encomendas-fazem-estaleiro-eisa-trabalhar-24h/>

O fato de possuir uma mão-de-obra específica com função técnica de grande importância como será visto posteriormente com a história da indústria naval no Rio de Janeiro, faz com que seja imprescindível repassar as informações no sentido de

antever e de proteger previamente, buscando sempre medidas preventivas relacionadas aos meios de ação que vislumbrem o antes, na intenção de conter qualquer imprevisto ou possível sinistro, buscando a intenção de ao menos minimizá-los sempre trazendo ao dia-a-dia dos funcionários da equipe da Indústria Naval e correlacionando aos equipamentos, apetrechos e locais de uso e funções dos trabalhadores.

Evidentemente existem muitas profissões na indústria naval e diversos tipos de formação, sendo as profissões que mais se expressam e são focadas neste trabalho, a dos referidos internamente como “peões” que são as variadas profissões que lidam nos entornos da indústria naval como eletricista, funileiro, guindasteiro, etc. Lidam com a construção e os reparos dos navios e peças internas. Sendo recorrentes os casos de dúvidas internas referentes ao trabalho e casos relacionados à saúde e às licenças para tratamento de saúde. Estes trabalhadores lidam constantemente com situações críticas e momentos tensos, na execução diária e no estresse gerado pela própria relação de trabalho comum a toda a classe trabalhadora. Por esse motivo é necessária uma atenção redobrada com relação ao tema exposto.

Este segmento da classe trabalhadora precisa de atenção e cuidados específicos no que diz respeito à atuação profissional devido a suas qualificações e especificidades técnicas. São diversas profissões que requerem trato diferenciado. No artigo de Minayo e Thedim sobre a Saúde do Trabalhador temos:

Como freqüentemente as doenças originadas no trabalho são percebidas em estágios avançados, até porque muitas delas, em suas fases iniciais, apresentam sintomas comuns a outras patologias, torna-se difícil, sob essa ótica, identificar os processos que as geraram, bem mais amplos que a mera exposição a um agente exclusivo. A rotatividade da mão-de-obra, sobretudo quando se intensifica a terceirização, representa um obstáculo a mais nesse sentido. A passagem por processos produtivos diversos pode mascarar nexos

causais e diluir a possibilidade de estabelecê-los, excetuando-se os mais evidentes e considerada a hipótese remota de exames admissionais que levem em conta a história laboral pregressa, numa perspectiva ainda mais remota de alimentar um processo de vigilância em saúde do trabalhador. A constatação de doenças na seleção da força de trabalho funciona, na prática, como um recurso para impedir o recrutamento de indivíduos cuja saúde já esteja comprometida. (MINAYO-THEIDIM,1997)

Recorrendo aos direitos trabalhistas através das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho, com direitos e deveres de empregadores e de trabalhadores relacionados ao tema. Como a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, controle médico de saúde ocupacional, controle dos riscos ambientais, a ergonomia, a importância dos EPI's (equipamentos de proteção individual). A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA; que não cobre todos os tipos de empresa (as exceções são as de pequeno porte). Juntamente com pontos pertinentes como higiene e conforto nos locais de trabalho, e o Programa de Alimentação do Trabalhador. Que acabam por emergir em se tratando do assunto.

A Norma Regulamentadora sobre Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria Naval (NR-34) disponibilizada em Consulta Pública pela Portaria SIT n.º 182, de 30 de abril de 2010 para coleta de sugestões da sociedade, em conformidade com a Portaria GM n.º 1.127, de 02 de outubro de 2003 e rege a área abordada. Indicando obrigações e meios viáveis destinados aos empregadores e aos trabalhadores da área naval e seus entornos. Entre outras viabilizações legais desde a Carta Magna até os regulamentos internos dos estaleiros, no artigo 7, da Constituição Federal de 1988 está escrito que: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio



de normas de saúde, higiene e segurança”. Não é mencionada a mudança do processo de trabalho.

A Saúde do Trabalhador reflete uma resposta institucional aos movimentos sociais, entre os anos 70 e os 90, para tais questões pertinentes ao mundo do trabalho fazerem parte do direito universal à saúde, dentro da Saúde Pública como um todo. Entre os fatores que contribuíram para sua institucionalização no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estão inseridos o movimento de Oposição Sindical dos anos 70 e 80, o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, o movimento pelas eleições diretas e pela Assembléia Nacional Constituinte, e a promulgação da “Constituição Cidadã” em 1988, com a conquista do direito universal à saúde e o advento do SUS. Com o surgimento do Sistema Único de Saúde e da Lei Orgânica da Saúde em 1990, ficou garantida a promoção, proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores. Aos Estados e Municípios couberam a tarefa de assumir os atendimentos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. A Lei Orgânica da Saúde, Lei 8080/90 (Brasil, 1990), procurou introduzir através de seus pressupostos nas leis orgânicas municipais, questões relacionadas à saúde dos trabalhadores, objetivando maior autonomia de ação para o nível local, principalmente no que diz respeito às ações de vigilância em saúde. Para a efetivação dessas leis era preciso toda uma conjuntura política voltada para o interesse dos trabalhadores, o que não se verificava nas décadas de 80 e 90, marcadas por políticas neoliberais que afetam a área de saúde, não sendo efetivado os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS).

No entanto esta articulação ainda não é plenamente implementada. Algumas vezes se atendo a questões de ordem maior como a referentes a cada particularidade

institucional como hierarquia militar, e as distâncias físicas dos profissionais, dificultando a manutenção deste contato. Esta realidade profissional, que é um grande desafio para toda equipe interdisciplinar, legitima os assistentes sociais no desafio de “desenvolver sua capacidade de analisar criticamente a realidade e construir propostas de trabalho consistentes e competentes, capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, “ser um profissional propositivo e não só executivo” (IAMAMOTO, 2010, p. 20).

Notando o grau de periculosidade e risco enfrentados nas ações cotidianas de trabalho e funções diárias destes referidos grupos de trabalhadores e articulando com as demandas provenientes de atendimentos observados no Núcleo de Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (N-SAIPM), buscando como suporte a segurança no trabalho bem como as possíveis melhorias das condições de trabalho, saúde e qualidade de vida tanto em entrevistas quanto em orientações nos atendimentos internos, percebe-se a necessidade de uma maior articulação e correspondência destes três polos: os trabalhadores, sendo usuários, as orientações e atendimentos prestados pelo setor de Serviço Social e o setor de Segurança no Trabalho.

### **3. O SERVIÇO SOCIAL E A PREVENÇÃO DE ACIDENTES**

O Serviço Social enquanto profissão busca a viabilização dos direitos. E muitas vezes, geralmente se apropria de mecanismos e ferramentas que promovam a equiparação dos sujeitos independente de sua classe social e atuem certamente de maneira a dar alicerces que constituam a igualdade ou a melhores oportunidades para os sujeitos. Dentro desta lógica, o trabalho como criador de “valor-de-uso é indispensável à existência da sociedade humana” (MARX, 2002, p. 60). O homem em “quaisquer que sejam as formas de sociedade” recorrerá ao trabalho, atividade mediadora entre ele e natureza, para suprir sua sobrevivência.

O homem transforma a natureza pelo trabalho. Ao modificar a natureza, coloca em movimento as capacidades do seu próprio corpo que, ao atuar no processo de trabalho no modo de produção capitalista, encontra “instrumentos de trabalho” altamente desenvolvidos. Facilitar ou diminuir o esforço do trabalhador no processo de trabalho deveria ser o principal objetivo do desenvolvimento dos “instrumentos de trabalho”, mas, no modo de produção capitalista, inverte-se a lógica, o trabalhador torna-se apêndice da máquina, pois é ele que deve se ajustar ao aparato produtivo.

Nesse sentido, o Serviço Social acaba por concentrar seu olhar na ampliação dos acessos a bens e serviços, além de poder ser um veículo de comunicação entre aqueles que percorrem seu espaço. E a dar voz aos usuários. Fazendo uma ponte entre as necessidades escutadas nos atendimentos e o empregador, seja o Estado ou

a iniciativa privada, além de analisar o que é possível fazer a respeito dentro de suas limitações. Então, cabe à equipe multiprofissional a qual o assistente social e outros profissionais estão inseridos, ser participativa e atuante visando esta ampliação.

Apesar dos avanços significativos no campo conceitual que aponta um novo enfoque às práticas para lidar com a relação trabalho e saúde, no cotidiano são enfrentadas lutas sociais do trabalho, com as hegemonias da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional. Entra em questão a já identificada distância entre os interesses antagônicos da sociedade capitalista, sobretudo num campo potencialmente ameaçador, em que a busca de soluções quase sempre se confronta com interesses econômicos arraigados e imediatistas, que não contemplam os investimentos indispensáveis à garantia de uma política em defesa do trabalho.

Seguindo este pensamento, a saúde do trabalhador é também um produto da atuação profissional de toda a equipe envolvida para esta finalidade. Sendo assim, é interessante para o empregador promover um mínimo de aparatos estabelecidos em leis, que regularizem sua situação e atenuem as leis trabalhistas. Bem como é extremamente importante para a classe trabalhadora a busca constante por melhores condições de trabalho e qualidade de vida, deixando a saúde do trabalhador no centro desta intenção e fazendo dela algo que sempre deve se almejar politizar a questão saúde e processo de trabalho, tendo em vista as contradições do mundo capitalista.

A saúde do trabalhador ganha relevância e urgência no âmbito das políticas sociais, os sindicatos, empresários, gestores e trabalhadores enfatizam o importante debate sobre as condições de adoecimentos e de doenças do trabalho. O trabalho, no modo de produção capitalista, é determinado pelo processo de produção, no qual

acidental e adoecer são resultantes de relações sociais em que o trabalhador torna-se apêndice da máquina. O mundo contemporâneo e suas relações de trabalho trazem consigo grande degradação ambiental com as mudanças da natureza pela mão humana. Isso repercute nas próprias condições de vida, saúde e doença atualmente.

Uma intensificação do trabalho, aliada a uma maior vulnerabilidade do trabalhador acabam por precarizar os vínculos e a proteção social. Supostamente deveria gerar prazer, felicidade, mas nesse contexto causa fadiga, doenças, acidentes, sofrimentos físicos e mentais. Muitos acidentes de trabalho, quando não matam, podem deixar mutilações e dependências.

A inquietação e a defesa da saúde do trabalhador, deve ser encaradas como luta da classe trabalhadora, que busca avançar nas conquistas de melhorias nas políticas públicas, voltadas para atender a saúde do trabalhador, como condição emergencial, ou seja luta pela transformação do processo de trabalho, o que evitaria o acidente. Nos mais diversos espaços produtivos, notamos que a saúde do trabalhador padece das consequências do modo de produção capitalista à força de trabalho. Uma vez que fica reduzida não só à condição de mercadoria, mas assume papel principal do modo de produção capitalista, a saúde torna-se vítima da extração do sobretrabalho intensivo, da mais-valia, condições que são propícias para acumulação de capital.

No mundo capitalista a busca eterna pelo aumento da utilização de recursos adquiridos através de lutas e longos processos históricos que dizem respeito à garantia de direitos são base elementar que fortalece a atuação das equipes interdisciplinar inseridas em diversos contextos. Entre eles, o caso tratado neste trabalho, também das indústrias. O trabalho como condição humana que indica saúde, no mundo capitalista

atrelado a condições de exploração esse mesmo trabalho termina por ser muitas vezes a causa da doença, sendo o acometido impedido de trabalhar por conta de sua condição adquirida. Acarretando além dos acidentes de trabalho, doenças e sofrimento relacionados a determinadas atividades laborativas. Para contextualizar suas especificidades é preciso se voltar para a fase inicial da indústria.

### **3.1 Uma reflexão a partir do Serviço Social**

A indústria emerge por volta do século XVIII, destacando a Inglaterra como protagonista no ramo. Vem da possibilidade de criar um meio de agilizar o processo produtivo em larga escala. A indústria têxtil marca presença neste momento, e logo outros produtos se inserem nesta condição. Para o produtor representava uma intensificação das forças produtivas como nunca vista antes e forte possibilidade de extrair altos lucros, em um período muito mais curto de tempo. Atraindo mais interessados que detinham de investimento para tanto.

À classe trabalhadora, restava vender sua força de trabalho. Nas indústrias pioneiras era quase nula a preocupação acerca das condições de trabalho e vida da mão de obra utilizada para gerar alguma produção final. Não era ao menos estabelecida uma quantidade mínima de horas por dia utilizadas para fins laborativos. Não havia férias e até mesmo os breves intervalos eram bastante comprometidos. Sendo cobrada com rigor a rapidez e o dinamismo na fabricação das peças.

Mais tarde com o avançar dos períodos, e uma maior e mais concisa organização do trabalho, fortemente concretizada e disseminada no século XX, a indústria foi criando estratégias maiores de controle e formas de gestão na produção em larga escala. Passando por processos de produção imitados e aprimorados, dentro de suas características próprias referentes a cada época e local, mas, disseminadas em todo o mundo como o Taylorismo, o Fordismo e o Toyotismo.

Já no estágio tardio, o Capitalismo é denominado como referência à crise decorrente da saturação da segunda e mais desenvolvida fase do capitalismo, o estágio intensivo. A expressão surgiu após a crise de 1929 com o encolhimento do âmbito do mercado se expressando fortemente na exaustão da reconstrução pós-guerra, pelos meados da década de 1960. A saturação do estágio intensivo com o desenvolvimento das técnicas de produção (e crescente automação), dando lugar a uma crise de superprodução. Esse é o estágio contemporâneo, ou capitalismo tardio. (Mandel, 1972).

A continuada expansão da intervenção do Estado, e o aumento da capacidade produtiva via desenvolvimento tecnológico resulta ao mesmo tempo em superprodução e em diminuição da força de trabalho, empregada na indústria e sua realocação em serviços e mais a reação neoliberal, colocando a questão adicional da medida em que a provisão dos serviços em expansão pode ser produzida enquanto mercadorias.

Fixando o olhar nestes modelos ou paradigmas de produção que influenciaram a economia e a organização social da época, havendo por conta deles uma reestruturação produtiva e um novo arranjo funcional, dos demais níveis de relações

envolvidas. Pegamos o sistema de organização como exemplo chave Taylorismo/Fordismo, que segundo Pinto:

[...] expandiu-se nas economias capitalistas centrais durante as duas guerras mundiais, após o que foi fundido internacionalmente no longo ciclo de crescimento econômico, fundado na produção e no consumo de massa, que se seguiu. Nos países capitalistas, centrais e periféricos, o sistema de produção em larga escala de produtos standardizados fordista articulou-se aos Estados de bem-estar social (que no Brasil, embora com diversas particularidades com relação às experiências dos países capitalistas centrais, denominou-se esse estilo de política estatal como sendo “desenvolvimentista”, tendo vigorado, grosso modo, no período entre a década de 1930 e a de 1980) e à constituição dos grandes sindicatos de trabalhadores. (PINTO, 2007, p. 49)

Após estas inovações tecnológicas no processo de produção no que tange a processo de produção, se intensificou ao mesmo passo, as formas de exploração e as demais relações de trabalho e renda provenientes. Havendo então, distâncias severas entre as classes, e concentração de renda em determinados setores, meios e até mesmo continuadas em determinadas famílias, a crise e o processo de concentração de capital e oligopólios. E por outro lado a pauperização, o desemprego, subemprego e profissionalização mais tecnicistas. Voltada para o mercado de trabalho.

Atualmente, aqueles que estão empregados são vistos como quem está em grande vantagem com relação aos demais. Tornou-se tão escasso e competitivo encontrar uma vaga em qualquer área no mercado formal, que um trabalho, sendo bem remunerado, tem muito valor à vista do senso comum. É o desejo que vigora com permanente procura, que para alguns se torna frustrante, mas o mercado de trabalho consegue manobrar para si e criar meios viáveis como o processo de exclusão para estabelecer essa relação vivida.

Essa reestruturação produtiva, portanto trouxe consigo um maior distanciamento entre as classes sociais e a intensificação da exploração da força de



trabalho. Demarcando inclusive o lugar ao qual pertencem, de modo a fortalecer a condição de exploração estabelecida pela burguesia apoderada dos meios de produção em larga escala e controlando as indústrias, e todos os entornos destas como os bancos, o comércio e os aparelhos gerenciados pelo governo. Dessa forma, são fundidos o público e o privado, deixando a classe trabalhadora em condições precarizadas crescentes e constantes, e forçando sua adequação a tal condição.

Passando por diversas fases dependendo da forma de contexto, outro modelo disseminado de processo produtivo foi o sistema toyotista que se organizava com metodologia de produção e entrega, ainda mais rápidas e precisas que os demais. Para tanto, o produto principal era o foco. Gerando desverticalização e subcontratação de empresas que passavam a desenvolver e a fornecer produtos e atividades. Agregando funções, utilizando um trabalhador para diversas atividades como execução, limpeza, manutenção, controle de qualidade e operação de vários equipamentos simultaneamente. Era o trabalhador polivalente. Este sistema se destacou pós crise do capital nos anos 1970, devido às condições da época.

Visto isto, entra então em vigor um novo regime de acumulação de capital, a “acumulação flexível” (HARVEY, 1992) que torna viável a flexibilização tanto dos mercados de trabalho e de consumo a nível mundial, como o controle da iniciativa privada pelo Estado, das barreiras comerciais e das transformações ocorridas na esfera política. Esta reestruturação produtiva ficou mais viável mediante um conjunto de políticas estatais, mexendo nas barreiras institucionais das consequências destrutivas do sistema de livre mercado sobre as condições nacionais de desenvolvimento econômico e social. As inovações tecnológicas trouxeram consigo a intensificação do

trabalho. A Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e o o stress na atualidade, é uma das principais doenças do trabalho, nos vários ramos produtivos, passando dos tradicionais, como vestuário e calçados, aos modernos, como informática.

A discussão referida nesta monografia sobre a importância da prevenção em acidentes no trabalho e, para além, a mudança no processo de trabalho, no Rio de Janeiro, engloba diversas referências de saúde em todo o mundo no que diz respeito ao risco ou a preocupação prévia de contê-lo é recente. Intensificou-se nos últimos séculos e ganhou a notoriedade atual com alguns marcos ocorridos no pós Segunda Guerra e entre as décadas de 1960 e mais ainda principalmente nos anos 1980 por conta de arranjos sindicais e maior organização da classe trabalhadora. Mais a frente, no livro *A Loucura do trabalho*, Dejours (1992) aborda a visão do trabalho, sua necessidade mesmo que renda desgaste, para a classe trabalhadora.

Neste contexto, o subproletariado que seria essa massa muitas vezes desempregada ou com trabalho informal aglomerada nos cortiços e bairros separados que concentram enorme contingente de pessoas menos favorecidas e o próprio trabalhador das mais diversas áreas que executa uma ação repetitiva. Assim, vemos o quanto a saúde mental destes pode ser afetada por conta do processo produtivo e do modelo de estrutura social ao qual são 'obrigados' a se ajustar para sua própria subsistência e necessidade de vida e inserção social. Então acabam por adotar estratégias defensivas que são descritas por vícios em drogas e álcool, prostituição, delinquência e banditismo. Este autor ressalta o massacre da criatividade humana e do poder da execução por sua própria vontade a qual estes sujeitos estão atrelados, sendo

dadas condições de sobrevivência e de negação de doença, que muitas vezes não são relacionadas às atividades executadas.

Entretanto geralmente são desencadeadas pelas mesmas doenças estas vistas como fraqueza, comodismo e preguiça, indo de encontro ao formato superestruturado das condições de trabalho estabelecidas por Ford e Taylor. Concebidas como modelo de sucesso e competência apenas sonhado ser alcançado um dia para muitas pessoas no sentido do empreendedorismo. Para estes exemplos usados pelo autor a doença é contida e dificilmente se recorre a tratamento médico devido às condições financeiras e de vida, sendo este segmento restrito na função de vender sua força de trabalho e para tanto não pode ter qualquer tipo de impedimento.

Então é posta uma aura de produtividade e camuflagem da doença. Isso gera uma negação desta e colocando o trabalho em um patamar superior a qualquer outra condição ou necessidade humana, muito além de situações consideradas supérfluas no tocante ao estado de saúde física ou mental desde que não comprometa a execução da sua tarefa e o exercício do seu ofício. Esta ideia é disseminada e penetra no coletivo fazendo crer em sua normalidade e na devida adequação de todos nesta mentalidade. O autor explora esse campo pouco debatido estampando as mudanças ocorridas no ambiente organizacional, econômico e social se ampliando e afetando outras classes.

Diversos teóricos (Karl Marx, Friedrich Engels, Charles Fourier e Robert Owen) trataram do assunto durante as décadas citadas, sob inúmeras óticas. De modo geral, se abordava o novo contexto de organização mundial que abrange conceitos como a qualificação para o mercado, o número de candidatos qualificados em escala menor que a oferta e a competição por conta deste contexto. Além da discrepância de salários,

trazendo a frenética corrida por algo melhor, que pertence a quem conseguir se destacar e crescer mais no mercado de trabalho. Restando subempregos e funções de segunda classe aos que não atingem a meta de serem os melhores. Há um medo da incapacidade pairando continuamente, uma vez que a doença atingindo a diversas classes leva ao desemprego, pois sempre terá alguém que poderá substituir na fila de espera à espreita de uma oportunidade.

Hoje esses fatores se agravam juntamente com a predileção de pessoas mais jovens pelas empresas e indústrias, os constantes acontecimentos e a velocidade do mundo forçam as pessoas a estarem em constante treino e acompanhamento das novas habilidades e exigências. A questão de uma necessidade de saúde ou uso de um atestado que a comprove pode com frequência ser vista com maus olhos. E os desdobramentos em empregos informais e mais de um trabalho para prover sustento da família ou aumentar renda. Gerando uma preocupação imensa com o trabalho e sua manutenção constante, esta condição é colocada no centro da vida das pessoas o que traz distúrbios familiares como pais ausentes.

Dejours, (1992) faz uma abordagem do trabalho até então pouco usual, o binômio organização do trabalho e saúde. A idéia central sobre o qual se construiu o livro traz em sua base o pressuposto que: "a organização do trabalho exerce, sobre o homem, uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico". (DEJOURS , 1992, p.133). Contrariamente ao que parece sugerir o título da obra, não se pode provar uma patologia mental decorrente do trabalho. Uma das hipóteses de seu trabalho coloca a organização do trabalho como causa de uma fragilização somática, na medida em que ela pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às

necessidades de sua estrutura mental. Por aí se abre um grande campo de investigação para a verificação dessas hipóteses, com a vantagem de agrupar diferentes campos de atuação, indispensáveis a um melhor conhecimento das relações homem - situação de trabalho.

Nesta obra o autor traz a proposta ao longo de todo o livro de encontrar soluções que permitiriam pôr fim à desestruturação de certo número de trabalhadores pelo trabalho. Isso é evidenciado em sua análise através da fuga pela ideologia defensiva e pelo medo velado e necessidade de se adequar sofrida pela classe trabalhadora em suas funções cotidianas de trabalho, interferindo nas suas vidas e na relação saúde, doença e ambiente saudável que meche com a psiqué. Para tanto há forte crítica ao modelo taylorista e seus consequentes desdobramentos.

São percorridos diferentes setores da produção, demonstrando neles de forma clara os vários mecanismos de defesa utilizados pelos trabalhadores. Esses mecanismos permitem sobreviver ao sofrimento imposto pela organização do trabalho vigente. Nas diferentes situações como no caso dos não empregados, que também são atingidos pela estrutura posta, ou os trabalhadores que realizam atividades repetitivas é visto como esse sofrimento é recuperado pelas empresas em prol da produtividade. No livro *A loucura do trabalho*, Dejours fala da adaptação necessária a cada função:

As condições objetivas de trabalho determinam o nível e o conteúdo da adaptação e, conseqüentemente, repercutem sobre toda a corrente que leva à escolha das qualidades psíquicas necessárias ao piloto de caça designado para o novo tipo de aviação; à escolha da natureza das relações interpessoais do grupo, ao nível de angústia a tolerar e, ao fim, à agressividade indispensável. Aparece, assim, uma seleção psíquica dos pilotos de caça que, apesar de subterrânea, não deixa de ser uma eficácia notável. A boa qualidade da relação motivação-satisfação e, particularmente, o prazer proveniente do conteúdo significativo e simbólico do trabalho são absolutamente necessários à manutenção da performance "ergonômica" e à atenuação do medo." (DEJOURS, 1992, pg. 95.)

Ressaltando a análise deste autor quando se refere à identificação não só dos mecanismos de defesa ocupacional defensiva de caráter individual, chegando à ideologia ocupacional coletiva vigente em determinadas áreas de produção. Ao resgatar a dimensão coletiva do sofrimento e explanando ainda as regras impostas pelo grupo internalizadas pela própria funcionalidade do trabalho e relacionando o mesmo a vida cotidiana, para a execução das tarefas, Dejours (1992) remete diretamente a forma como o trabalho é organizado.

A utilização de máquinas e a robotização, em alguns casos, aliviaram a carga física do trabalho, mas o processo de automação passou a exigir maior conhecimento e destreza das mãos. Conforme foi avançando as inovações tecnológicas e se aprimorando as técnicas, houveram alguns impactos relacionados à saúde do trabalhador, desde sofrimentos diversos como adoecimento ou mal gerado, muitos tipos de doenças, algumas graves e incapacitantes e até mesmo a morte. Agora, o esforço físico demandado é de outra natureza. É um esforço leve e, por isso, capaz de ser repetido em alta velocidade pelas mãos e pelos dedos por várias vezes, e cobra, ao mesmo tempo, uma postura estática e a sobrecarga do segmento do corpo (SANTOS, 2005).

O capitalismo foi se reinventando, ganhando força e distanciando gigantescamente as classes pertencentes dos sujeitos e demarcando-as. O sistema toyotista de produção superou os demais modelos de organização flexível em produtividade. Não busca eliminar ou minimizar confrontos entre os trabalhadores e o empresariado nos locais de trabalho. Ao contrário, se aproveita da situação e através de manipulação de subjetividade dos funcionários, extrai acúmulo de conhecimentos

tácitos adquiridos a favor é claro, da acumulação de capital, dinheiro e poder. A produção capitalista é produção e reprodução social. As relações sociais estabelecem-se sobre o antagonismo de classes e de sua principal estrutura, a “propriedade privada dos meios fundamentais de produção”, que sempre são aprimorados com a aplicação da ciência. O trabalho assalariado e o capital pressupõem existências sociais conflitantes que se condicionam e reproduzem em todos os aspectos da vida social.

A gestão científica por intermédio da racionalização técnica levada a cabo por Taylor e Ford, fundou-se na clivagem sócio-econômica historicamente constituída pela ascensão do modo de produção capitalista. No qual se concentra hegemonicamente durante séculos os meios de produção nas mãos de apenas uma classe minoritária da sociedade. Portanto os demais membros são obrigados, a trabalhar para eles mediante um salário. Relação também demarcada pela aquisição de produtos provenientes desse mesmo trabalho para sobreviver, sendo que isso também lhes foi expropriado nesse processo.

Fatores como a formação profissional especializada, acarretam maior diferenciação entre os trabalhadores quanto a suas qualificações, sendo um distanciamento interno da classe trabalhadora e seus membros. Levando a uma provável falta de identificação de sua condição comum de subalternidade. Tais fatores mais mecanizados, tecnicistas e especializados voltados para a rotina de trabalho, ganham força neste período e reinam até hoje.

A mentalidade geral acredita que é preciso se qualificar, se aprimorar para ter maior chance de concorrer a vagas no mercado. Com as exigências cobradas, muitos acabam por parecer ou até se sentirem incompetentes ou mesmo sem bagagem

suficiente para ocupar determinado cargo ou função. Fazendo crer que não há nada de errado com o mercado, quem precisa superar e ampliar seus conhecimentos e se organizar politicamente quiser melhorar suas condições é o trabalhador. E, romper com a ordem vigente.

O Estado de classes, aprimorado pelo modelo burguês de vida cobra essa postura e culpabilizam aqueles que não o adota. A competitividade entre os próprios trabalhadores por um posto de trabalho gera angústia e ansiedade, o que faz com que aumente as tensões psicológicas que podem acarretar distúrbios mentais e lesões. Ganham destaque as doenças do trabalho que exigem alta capacidade cognitiva. O trabalho resume-se em números, cálculos, sinais luminosos, mostradores, teclados e monitores em que o erro do trabalhador implica repercussões com responsabilidades excessivas. Somam-se a esses fatores o trabalho sentado, repetitivo, monótono e uma vida sedentária fora do trabalho, fatores agravantes da falta de saúde (SANTOS, 2005).

Neste espaço contraditório está inserido o assistente social, tendo consigo essa visão diferenciada da problemática e certa autonomia relativa no planejamento, intervenção e monitoramento das práticas aplicadas nos Programas e Projetos inseridos em sua área de atuação profissional. A este profissional cabe levar todos estes aspectos em conta em sua execução diária.

Nem sempre as reivindicações dos trabalhadores foi facilmente conquistada nas lutas capitalistas. Foi preciso um reforço principalmente da mentalidade geral, penetrando no psicológico da classe trabalhadora e refazendo sua visão em relação a trabalho e vida. Para chegar a esse modo concebido de “alienação” foram constantes o trabalho mental para haver essa crença disseminada e vivida hoje. Para isso, há



exemplos de organização, enriquecimento de cargos e diversos aprimoramentos técnicos que direcionam ao caminho certo do sucesso nesta sociedade.

As reivindicações em defesa da saúde do trabalhador questionando e buscando superar a forma de organização do processo de produção devem ser encaradas como principal agenda das lutas dos trabalhadores, dos profissionais e dos gestores das políticas sociais voltadas para a saúde. Atender à demanda saúde do trabalhador é uma condição emergencial no processo de construção de uma sociedade, para que, no futuro, os trabalhadores tenham saúde para o trabalho e para a vida. Uma vida repleta de sentido que transcenda as amarras da exploração do trabalho como condição do desenvolvimento social.

### **3.2. O Serviço Social e suas formas de atuação em meio à Prevenção de acidentes na área da Indústria Naval**

Para refletir teoria e prática da atuação profissional e a fim de manter uma relação mais direta e visando a uma possível não segmentação dos serviços é que se busca um laço mais estreito de ligação entre Serviço Social e a indústria naval. O Serviço Social dentro da área da indústria supostamente precisaria de interação e de comunicação mais intensa com algumas áreas que não apenas o seu espaço de atuação. É, portanto necessária a comunicação contínua com os variados trechos, uma relação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial levando em conta suas competências e atribuições, cada parte sendo direcionada e respeitando os limites tanto

administrativos quanto geográficos, porém tentando sempre fazer o possível para essa troca de informações fluir bem.

Devemos prevenir os acidentes e doenças do trabalho, pois nos diversos aspectos em que possam ser analisados, os acidentes e doenças provenientes do trabalho apresentam fatores extremamente negativos tanto para a empresa quanto para o trabalhador acidentado e para a sociedade como um todo, vistos nas organizações e sindicatos dos trabalhadores. E considerando apenas os dados de empregos formais, anualmente as taxas extraídas são bastante altas e expõem os elevados custos e prejuízos humanos, sociais e econômicos.

O somatório das perdas, muitas delas irreparáveis, é avaliado e definido levando em consideração os danos causados à integridade física e mental do trabalhador e o prejuízo da empresa, além dos demais custos resultantes para a sociedade. Há uma enorme quantidade de pessoas prematuramente mortas ou incapacitadas para o trabalho. Posto isto, o Serviço Social juntamente com outros serviços que dão suporte e embasam as demandas provenientes dos trabalhadores da indústria, como a psicologia e o direito muitas vezes acabam por atuar posteriormente a algum acidente ou condição dada através do mesmo.

No Brasil as formas de lidar com a questão saúde-doença que se relacionam com o trabalho dizem respeito a própria saúde em diversos aspectos como a saúde do trabalho, a ambiental e a ocupacional. Além da utilização da medicina do trabalho. Contudo, há uma cultura de procurar e recorrer a tratamentos somente após algum incidente, acidente no caso de imprevistos no trabalho, e mais ainda se for possível protelar até quando a situação já está em um nível muito avançado e por vezes sem

retorno. É o jeito de se levar e não de prever ou prevenir certos hábitos e tratamento atenuantes ou decisivos para não ocorrer determinada moléstia.

Dessa forma é perceptível uma lacuna existente entre primeiramente os espaços de atuação profissional que acabam por dificultar a resolução e a melhor solução e encaminhamento dos casos provenientes de acidente de trabalho. Então, a demanda que chega ao setor de serviço Social para a equipe multiprofissional geralmente é posterior ao acidente, sendo que a mesma muitas vezes poderia ter sido prevenida, se fossem antes tomadas medidas cabíveis. Acabam por expressar números elevados em termos de estatísticas, chamando atenção para a situação. Alguns danos podem ser materializados nas demandas de próteses, assistência médica, fisioterapia, assim como a dependência de terceiros para acompanhamento e locomoção. É fortemente visto o desamparo à família, a marginalização e estigmatização do acidentado, além das variadas depressões e traumas decorrentes dos acidentes de trabalho. Fatores estes frequentemente presentes e constantemente trabalhados no Serviço Social das indústrias.

É pensar nas relações sociais e de trabalho no mundo capitalista contemporâneo e a própria contradição envolvendo capital e trabalho. Entendemos que paralelamente conforme se dá a exploração da mão-de-obra e extração da mais-valia na leitura marxista, mesmo a custo de muitas lutas e pressão social, as camadas mais populares têm adquirido melhorias ao longo dos tempos com relação a condições de trabalho e vida pertinentes que demonstram o quanto houve avanços. Todavia quando observadas de perto por uma análise aprofundada podem referenciar em certos momentos alguns pontos de retrocessos.

Levando em conta estes aspectos, parece imprescindível a atuação da equipe multiprofissional interdisciplinar, intersetorial e em rede, a qual o profissional do Serviço Social está inserido atuando dentro da indústria, o envolvimento desde orientações, demonstrativos diversos no que diz respeito à correta prevenção de acidentes na área da indústria através de mecanismos atraentes e quem chamem atenção, além da interação e comunicação com o setor específico que cuida da orientação e manejo quando ocorrido acidente.

Este envolvimento muitas vezes não ocorre de maneira facilitada devido a inúmeras dificuldades vivenciadas como a distância entre os diversos setores envolvidos, a falta de programação e planejamento prévio na condução de uma participação mais atuante e eficaz. E principalmente devido a alguns hábitos dos próprios empregados na rotina de trabalho que mistificam o uso de equipamentos de proteção culpabilizando o sujeito. Acabam por considerarem facultativo, a utilização de alguns equipamentos. Em meio a isso, Lacaz (2007) discute em seu artigo o contexto do tratamento da saúde do trabalhador:

Percebe-se, que a fragilidade atual do movimento sindical, aliada à postura pouco engajada da academia e ao desenvolvimento de políticas públicas reducionistas, constrói um quadro de retrocesso no campo da Saúde do Trabalhador que é preciso combater, a partir do resgate dos pressupostos do campo e da crítica aos reducionismos perpetrados pela Saúde Ocupacional, apesar de se observar, ainda, a hegemonia do seu discurso. (LACAZ, 2007, p.764).

Boas práticas de gestão de saúde e segurança contribuem para a proteção contra os riscos presentes no ambiente de trabalho, prevenindo e reduzindo acidentes e doenças e diminuindo consideravelmente os custos, enquanto não se conquista mudança no processo de produção. Além de diminuir os gastos e gerar menos prejuízos para a empresa e também para os trabalhadores, na medida de reduzir

danos, doenças diversas geradas e condições complicadas adquiridas, auxiliando na conscientização de todos para o desenvolvimento de uma ação de medida coletiva a respeito da importância da integridade física dos trabalhadores e transformações no processo de trabalho hegemônico.

Chegar a este objetivo é possível desde que se coloque na frente antes de tudo, a questão da intercomunicação dos setores diversos. O maior impasse se dá devido a corriqueira prática de no geral os setores restringirem demasiadamente seus objetos de trabalho e não fazerem o exercício de articulação com os diversos setores que teriam certamente olhares diferenciados. Olhares estes, voltados para suas áreas de atuação podendo ampliar a participação ou até mesmo criticar com base em seus conhecimentos e espaços diversos e seguindo seus respectivos referenciais.

Esse envolvimento é válido na medida de que em se tratando principalmente de adquirir estratégias de ação e prevenção, o foco principal e motivo gerador para tanto, dentro de uma indústria este método pode ser imprescindível para a maior informação, conscientização, orientação e obtenção de melhores resultados estatísticos, ganhando força e estabelecendo laços com setores de visões diversificadas e que contribuiriam para o objetivo comum de ampliação de informação, bons resultados e maior controle.

## **4. APLICAÇÃO DA PESQUISA**

### **4.1 Passos Metodológicos**

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como primeira intenção abordar o tema proposto da prevenção de acidentes na indústria naval tendo como referência o caso específico do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e duas formas deste trabalho. Pois na dada ocasião estava cumprindo estágio regular nesta instituição. Foi justamente através da observação desta demanda bastante explícita e recorrente que considerou-se a questão como curiosa e relevante para a área de atuação do assistente social. Inclusive iniciando o Projeto de Monografia a partir disto.

Todavia, ao longo da Pesquisa, presenciou-se alguns impasses e certa relutância por parte do pessoal do setor de Serviço Social, o N-SAIPM, Núcleo de Serviço da Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha. Alguns profissionais, dentre eles militares e civis consideraram o tema de difícil acesso para o trato devido, me aconselhando a buscar outro assunto. Mesmo assim após algumas considerações, decidi prosseguir, pois julguei a pesquisa relevante e pertinente. Mas eu enquanto militar confesso que também fiquei um tanto desconfortável para prosseguir daquela forma, principalmente no âmbito interno.

A alternativa então foi manter o objeto da "Prevenção em acidentes na área da indústria naval" mas buscar outra linha de abordagem, optando assim pelo município

do Rio de Janeiro. Englobando a indústria naval de modo geral. E a partir disto, buscando conteúdos bibliográficos. Em livros, sites, artigos e trabalhos publicados a respeito. Foi uma surpresa positiva constatar a quantidade de publicações relacionadas, as quais algumas foram aqui utilizadas. Contudo na área de Serviço Social ainda não há tantas referências a respeito, se comparadas às áreas de Saúde e Segurança no Trabalho que também contribuíram muito para realização do trabalho.

Então dessa maneira foi intensificada a pesquisa e o olhar fixado em materiais que retratassem a indústria naval do município do Rio de Janeiro. Fazendo uso de periódicos da internet, dos jornais, revistas e TV. Comparando a artigos, monografias e livros que puderam embasar e creditar este trabalho. Ocorrendo a partir de agosto e desde então, visando apontamentos e aprimoramento da pesquisa. E a utilização de textos acadêmicos do curso foi fundamental neste processo dando luz a questão do trabalho e Saúde do Trabalhador. Buscando as mais diversas intenções e olhares de cada categoria quanto a importância de se proteger os trabalhadores da área da indústria naval, a qual foi abordada.

A outra etapa deste TCC ocorreu através de entrevistas. Não foram feitas mais entrevistas devido a tempo escasso e pouca disponibilidade de profissionais para tal. Então o foco foi contido ao estaleiro EISA (Estaleiro Ilha S/A), um estaleiro antigo que ultrapassou os percalços acontecidos na indústria naval do Município do Rio de Janeiro. Sendo então, o primeiro contato do estaleiro através de colegas em meados de novembro, que me explicaram brevemente o funcionamento e o tipo de trabalho e atividade exercida no local. Gerando maiores curiosidades. Busquei o telefone desta empresa e iniciei aproximação, explicando o objetivo da pesquisa.

Primeiramente foi preciso enviar um e-mail, que relatasse minhas intenções e que já enviasse juntamente a cópia do questionário para avaliação interna do setor de comunicação que fez um agendamento e, a partir de então, com os setores de interesse para a pesquisa: o Serviço Social e a Segurança no trabalho. Posteriormente a entrevista foi marcada, sendo todo esse procedimento inicial, cumprido por meio eletrônico, através de telefonemas e e-mails.

Ao chegar ao local, um estaleiro de pequeno porte situado na Praia da Rosa-Ilha do governador foi preciso passar por uma sala que passava um vídeo ilustrativo, com instruções de conduta e permanência dentro da empresa. E, só após esse briefing, a passagem foi autorizada. Foram realizadas duas entrevistas, em datas diferentes, pois no dado momento as agendas não estavam sincronizando. Sendo a primeira realizada no setor de Serviço Social, não pôde ser gravada, relatando então a fala através de escrita. E posteriormente ocorreu no setor de Segurança do Trabalho, com membros integrantes da CIPA daquela empresa.

#### **4.2. O Universo pesquisado: a História da indústria naval, seu ocaso e renascimento no Estado do Rio de Janeiro**

Primeiramente cabe situar historicamente a importância da indústria naval no Rio de Janeiro e para o Brasil, uma vez que esta é uma região com notória vocação para



atividades ligadas ao mar, se destacando no ramo da construção naval desde 1662<sup>1</sup>. Em 1808 com a vinda da Família Real para o Brasil foi notado o potencial do país para a arte da navegação e reparos de navios. E investido na área. Nos diversos estaleiros ao longo do litoral brasileiro. Neste momento inicial o improvisado e a adequação ocorriam com frequência.

Havia certa carência de pessoal qualificado para manejo e condução adequada, além da falta de material, ambos mais estruturados e visíveis em países europeus. Por isso, no decorrer dos tempos, muitos brasileiros se especializaram e se qualificaram na área da indústria e engenharia naval na Europa neste período. Fazendo nascer e se fortalecer nossa própria força de trabalho qualificada e preparada para essa finalidade específica. Chegando a atingir grande adiantamento técnico comparado aos centros avançados que lhes serviu de referência e base de aprendizado.

No pós-independência brasileira surge uma necessidade de operar uma Marinha nacional, com isso as organizações e atividades do Arsenal ganharam prioridade e neste momento, tornou-se necessária uma Esquadra para manter a unidade nacional. Era preciso reparar os navios existentes e construir novos.

O primeiro dique<sup>2</sup> se iniciou em 1824 com a presença do Imperador na parte noroeste da Ilha que ficava em frente ao Arsenal no continente. A obra foi concluída

---

<sup>1</sup> Quando foi construído o galeão Padre Eterno. Maior navio do mundo na época. O AMRJ fundado em 29 de janeiro de 1763, no sopé do Morro de São Bento, pelo Vice-rei Antônio Alves da Cunha, o 1º conde da Cunha, com títulos e honras de 9º Vice – Rei do Brasil e o primeiro no Rio de Janeiro. Com finalidade de reparar os navios da Marinha de Portugal. Com apenas quatro anos de existência, para iniciar as atividades do Arsenal, o Conde da Cunha resolveu pela construção da nau São Sebastião em 1764, também apelidada de Nau Serpente por sua proa ter a forma de um dragão, foi lançado ao mar em 1767 e prestou serviço a Armada portuguesa por longos anos. Depois, a principal atividade do Arsenal foi fazer manutenção e reparo dos navios da esquadra real e dos que aportavam no Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Dique é uma obra de engenharia hidráulica com a finalidade de manter determinadas porções de terra secas. Sua estrutura pode ser de concreto, de terra ou de enrocamento e possibilita manter

após várias paralisações, 37 anos no total, em 21 de setembro de 1861. Recebeu o nome de dique “Imperial” e o primeiro navio docado foi a Corveta Imperial Marinheiro. Com a República foi denominado de “Nacional”, posteriormente “Guanabara” e por fim “Almirante Jardim” sua denominação atual. E a Corveta “D. Amélia” que após a abdicação de D. Pedro em 1831 passou a se chamar “Sete de Abril.”

O país passava por divergências internas que só seriam sanadas com a maioria de D. Pedro II em julho de 1840. Naquele ano entram em cena as salas de risco que permitia um desenho do navio em tamanho natural, o que só era possível antes em Lisboa e depois no Arsenal da Bahia. Até 1852 eram construídos navios pequenos de madeira e à vela como corvetas, escunas, brigues, lugres, patachos e embarcações miúdas. Ocorreram alguns insucessos, devido à deficiência dos técnicos e ainda à intervenção inoportuna dos Inspetores.

Sendo o primeiro apogeu no século XIX no pós Revolução Industrial, já havia ingressado na era da propulsão a vapor. Mas ao final deste mesmo século enfrentou a primeira crise de estagnação e falta de investimento na área. Um momento de menor crescimento e poucas construções. Até meados do século seguinte houve anos de decadência e quase total paralisação de muitos estaleiros, marcando período de estagnação da construção naval brasileira. A Indústria Naval retomou sua força aos poucos se destacando no Rio de Janeiro e Bahia entre as décadas de 30 e 1940 do século XX. Principalmente com a necessidade de se fortalecer militarmente o país.

Durante todo o século XIX, foi implantado novas oficinas. Sua modernização e ampliação, a partir de mudanças e acréscimos trazidos por brasileiros que realizaram o

---

secas determinadas áreas, chamadas de pôlderes (porção de terrenos baixos e planos que constituem uma entidade hidrológica artificial, incluída entre aterros conhecidos como diques, utilizados para a agricultura ou habitação).

primeiro curso formal de Engenharia Naval, na Europa. O Rio de Janeiro foi pioneiro em construções como o navio à hélice em 1852, o primeiro encouraçado de fabricação brasileira em 1853; o primeiro navio construído inteiramente de metal em 1883; além do cruzador Tamandaré de 4.573 toneladas grande feito em 1890, ultrapassado apenas em 1962 em dimensões; produzindo entre 1825 e 1890, 46 embarcações. Na época o Arsenal do Rio de Janeiro que durante muito tempo foi importante referência na área da indústria naval era comparado aos mais modernos centros de Engenharia Naval da Europa. (INOUE, 2010, p. 209)

Como por exemplo, durante a Era Mauá, foram construídas embarcações na Ponta da Areia em Niterói. E, em outro momento, quando eclodiu a Guerra da Tríplice Aliança, embarcações para a Armada brasileira foram construídas na Inglaterra e também no Arsenal do Rio de Janeiro. Gerando dessa forma ao final do conflito, a Armada mais poderosa do Atlântico Sul para o Brasil, propiciando ao país a capacidade de projetar e construir seus próprios navios.

Portanto a partir de 1950 o Brasil realiza mais incentivos através do Governo de Kubitschek. Sendo criado neste momento, o já mencionado Fundo da Marinha Mercante (FMM). Com esse fundo, o Brasil alcançava em 1972 o segundo parque industrial de navios mercantes do mundo perdendo apenas para o Japão. O Brasil não possuía exportações mundiais como o Japão e dependia exclusivamente das encomendas internas e as dos militares.

Durante as décadas posteriores a Segunda Guerra, foram reformuladas políticas no setor, sendo cobradas taxas como Fundo da Marinha Mercante de 1958 com o objetivo de renovar material e dinamizar o giro de capital atraindo algum

progresso contínuo e notável até meados da década de setenta quando a crise econômica mundial abalou também esta área. Os tipos e modelos de navios foram evoluindo conforme fosse possível tanto em números quanto em porte. Construindo em meados dos anos 1980 navios sofisticados e gigantescos como graneleiros Docefjord e Tijuca passando de 300 mil toneladas e mais de 300 metros. Contrastando com a grave crise presente que se alastrou de vez nesta década. A indústria naval no Rio de Janeiro, e no Brasil, começa a declinar apenas em meados da década de 1980, com a crise econômica mundial.

Com uma série de políticas econômicas brasileiras a fim de combater a inflação, o congelamento de todos os depósitos bancários do Banco Central, o déficit público e as diretrizes de importação e exportação do governo de Collor. Vários fatores que geraram abandono de todos os planos relativos à construção naval. Afastando investidores nacionais e internacionais, como no caso da ISHIBRAS que acabou por abandonar as atividades no Brasil. Trazendo assim, principalmente para o Rio de Janeiro, um vazio neste setor e uma carência financeira de circulação de dinheiro e falta de desenvolvimento que até então, era bastante avançado. Tentativas de suprir a situação e planos governamentais tentaram amenizar a crise, mas sem sucesso. (INOUE, 2010: p. 221)

Apenas muito recentemente por volta dos anos 2000, a indústria naval tem retomado sua força no Rio de Janeiro, com a volta de investimentos no setor, a partir do Governo de Luis Inácio Lula da Silva. O quadro atual da Indústria Naval tem como características em sua conjuntura de construção uma cadeia produtiva a qual emanam conceitos derivados no que se refere a produto, ambiente e mercado. Estão

interligados, são eles o mercado gerador de demandas e seus armadores interpretadores que fazem encomenda dos produtos, o agente financiador, os estaleiros, a indústria de peças de navio. Fixando o olhar nestes dois últimos por serem os fabricantes do produto.

O bom desempenho desta cadeia produtiva depende de fatores internos e externos também. Em um cenário abrangente se observa a avaliação destas características marcantes como a dificuldade de vender os navios novos devido a forte concorrência técnica, ao prazo de entrega, características próprias e especificações, organização financeira, arbitragens, garantias e casos de litígio, além dos impactos a longo prazo na cadeia produtiva citada e a existência de risco financeiro.

Estes últimos sendo associados a fatores que afetam o desenrolar do contrato como preços fechados e não revisáveis, preços dos navios muitas vezes sem vínculo com o porte dos estaleiros, alta influência das variações de câmbio, discrepâncias entre preços de mercado, além dos custos e penalidades elevados para atrasos ou dificuldades técnicas. Sendo possível isso representar a redução do número de estaleiros, concentrando algumas empresas e tornando possível o aparecimento de nichos especializados. Os oligopólios, sem prejuízo da Crise dos anos 80, acumulando concentração na região. Sendo separados segmentos por volume de oferta, por tipos de navio ou por tecnologia e aparecimento de órgãos reguladores no âmbito de espaços econômicos significativos.

Hoje os maiores estaleiros e os principais grupos nacionais e internacionais do setor naval encontram-se na cidade do Rio de Janeiro, reflexo dos programas de revitalização e concessão de incentivos fiscais no Estado, que detém cerca de quase

completamente a indústria naval da região. A parte metropolitana é contemplada por 19 estaleiros, aos quais é devida a geração de cerca de 25 mil empregos diretos. Destaque para estaleiros como Eisa - Estaleiro Ilha S.A., Estaleiro Inhaúma – Prominp Sermetal Estaleiros Ltda, Estaleiro Superpesa – Prominp.

Sendo assim acaba saído do cenário mundial. Até hoje os estaleiros brasileiros dependem exclusivamente do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e de um tributo específico intitulado Adicional de Frete da Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), cobrado sobre os fretes em águas nacionais segundo sites da área como Mar Brasileiro, Construção Naval. De modo geral há um acompanhamento, em termos econômicos, dos estaleiros no município do Rio de Janeiro e uma política que atinge aos demais, como foi o caso da Engenharia e Máquinas S/A (EMAQ), que sofreu as decorrências da crise no setor da indústria naval e ressurgiu com o nome de Estaleiro Ilha S/A (EISA).

#### **4.3. O ESTALEIRO ILHA S/A (EISA)**

O Estaleiro Ilha S/A existe desde 1949. Sendo suas atividades iniciadas na área de Ramos. Migrando então para o espaço que ocupa atualmente desde 1961. Neste período o estaleiro era designado por EMAQ (EMAQ – ENGENHARIA E MÁQUINAS S.A) tradicional construtor naval brasileiro desde sua fundação. Construindo e reparando embarcações e estruturas flutuantes de grande, médio e pequeno porte. Assim como barcos, farol, dragas desembarcadouras, diques, bóias,

plataformas para torre de perfuração de petróleo, etc. Mais de 500 embarcações dos mais variados tipos e tamanhos foram construídas nesta instalação para tradicionais clientes do Brasil e do Exterior, incluindo-se ainda o segmento offshore, portuário, militar e de apoio marítimo e portuário.

Desde o início de sua atuação, são 439 embarcações entregues. Sendo o único dos grandes estaleiros do Rio de Janeiro que nunca parou de operar, possuindo a tecnologia da Construção Naval necessária para a construção de navios. Com as características de produção de navios dos países ocidentais, como feito por séries curtas, com fabricação sob medida e especificação diferenciada. Incluído tudo que será executado na fabricação. Voltando o foco para o cliente e seus insumos são globalizados. Entre as décadas de 1970 e 80, a crise econômica mundial penetrou por inúmeros setores da economia, afetando a área da indústria naval.

A indústria naval como um todo, sofreu o baque da crise. Refletindo-a em todas as instâncias. Comprometendo o contato com outras empresas e afastando investimento, dificultando a circulação de dinheiro internamente. Acarretando muitas demissões e precarizações de trabalho. Permanecendo posteriormente um período longo de estagnação e falta de créditos e meios de crescimento devido. Ainda assim, a EMAQ não parou de atuar, entretanto foi reduzindo seus feitos e em 1994, foi vendida e seu nome alterado para EISA, Estaleiro Ilha S/A. Bem mais tarde, ainda com certas dificuldades, o setor da indústria naval vem atualmente se reerguendo. Ressaltando a relevante participação e envolvimento de bancos ao longo da última década.

Os Bancos foram principais repassadores de recursos do FMM. Este apoio bancário visa grandes interesses capitalistas relacionados à descoberta do pré-sal. Por

outro lado, fortalece muitos níveis de aglomerações de empregos relacionados, como os internos dos estaleiros, e ainda fora dele a cadeia fornecedora inclusive à indústria de navipeças, que está se reestruturando e se fortalecendo, se adequando às demandas dos estaleiros e suas modernidades, dentro de suas linhas de atuação.

O EISA possui toda a infraestrutura para construção de navios de até 280m. Se atentarmos ao EISA atualmente, observamos que mesmo depois de sanear sua situação em decorrência da grande crise do setor da indústria naval e está atualmente com uma nova crise, de outra origem, agora individualizada, relacionada a um grande contrato com uma estatal venezuelana de petróleo. Em 2007, a PDVSA encomendou ao EISA 10 navios, mas deixou de honrar os pagamentos após o primeiro navio ficar pronto, em 2009. A inadimplência forçou o EISA a rescindir unilateralmente o contrato, prejudicando a empresa desde então. Após alguns anos os funcionários foram ficando com atrasos no salário, e sofrendo sucateamento em diversos itens como, por exemplo, o cartão-alimentação atrasado. Chegando ao ponto de entrarem em uma espécie de “greve” com organização interna e sindical, denominada por férias coletivas.





**Figura 2**

Esta empresa ainda possui déficit nestas operações. Pagamentos salariais em atraso e entrega de embarcações encomendadas empacadas. Tais fatos são reflexo do abandono e falta da devida atenção nas décadas anteriores. Hoje no cenário demonstrado os estaleiros lutam para uma volta aos tempos áureos da indústria naval no município. Apesar destas dificuldades descritas, há esperança nessa área com as recentes políticas de conteúdo nacional movimentando até competição apesar da crise instaurada.

Criando mesmo que forçadamente uma consolidação no setor. É um tipo de golpe no projeto de reabilitação da indústria naval estimulada na última década de governo no qual o pré-sal é forte propulsor. O objetivo do país ter uma indústria de

construção naval forte, grande e competitiva novamente e melhorar seu crescimento ampliando sua atuação mais ainda, persiste apesar destas dificuldades.

O período de apogeu da indústria naval do município do Rio de Janeiro foi até meados da década de 1970. Se configurando um quadro de crise na década seguinte devido ao momento histórico mundial, que abateu também esta indústria pela menor circulação de capital pela queda do número de encomendas dos armadores nacionais. Através de intermédio da PETROBRÁS a partir de 2000, ocorre uma retomada da produção devido as encomendas necessárias ao crescimento e destaque da indústria petroleira, incluindo montagens de módulos e plataformas. Atraindo novamente olhar estrangeiro, desta vez Singapura que investiu em arrendamentos de estaleiros no Rio de Janeiro.

Neste momento surgem também expansão para novas demandas como programa de substituição da frota de navios de apoio off-shore. Aparecendo dessa forma uma estratégia para desenvolvimento da estrutura com os incentivos otimistas preparando terreno inclusive para substituição de itens como porta-containers estrangeiros por navios nacionais, construídos aqui.

Gerando oportunidades ainda para artigos atrelados como a indústria de navi-peças sendo elo importantíssimo da cadeia produtiva. Para tanto foi crescente a participação em paralelo da internacionalização patrimonial que trará consequências posteriormente. Mas o crescimento da indústria naval é notável se comparado a outros momentos os quais se encontravam em situação desfavorável até essa oportunidade de maior injeção de capital.

Foram entrevistados um assistente social e um membro da CIPA na EISA. Assim que entramos na empresa foi passado um vídeo sobre o comportamento e normas de segurança na empresa, razão porque não pode ser gravada uma das entrevistas, feita através de questionário qualitativo com uma assistente social da instituição pesquisada- EISA, Estaleiros Ilha S/A. A outra entrevista ocorreu com um técnico em Segurança do Trabalho e pôde ser gravada.

#### **4.4. O Serviço Social e a ideia de prevenção**

A Assistente social entrevistada formou-se em 2013 em uma Universidade particular e trabalha na empresa após ter estagiado, no período de agosto de 2011 a fevereiro de 2013. A partir de julho de 2013 foi efetivada.

A entrevistada contou-nos que no setor há duas assistentes sociais, que tentam na medida do possível abranger suas competências e os diversos setores envolvidos nas atividades executadas. Como por exemplo, o Programa anti-tabagismo denominado Novos Ares, que tem parceria com o INPS Madre Teresa de Calcutá e já tem mais de um ano de funcionamento com turmas de 70 funcionários participantes. Extremamente importante para reeducação, saúde e consciência dos funcionários que são chamados por colaboradores.

Há também o Jovem Aprendiz, que representa oportunidades para empregos e estágios voltados a área industrial, de interesse da empresa. Que também é uma exigência do Ministério do Trabalho sobre as empresas que mantenham determinado

contingente atuante, sujeito a multa se não estiver nestes padrões. A EISA possui hoje em média 110 jovens que entraram na Instituição desta forma.

Existem parcerias com cursos, aperfeiçoamentos em áreas de interesse para empresa e aprimoramento de várias atividades como cursos de inglês e outras línguas, auto-escolas, SENAI, cursos de capacitação para colaboradores. Os contratos são dados mediante ao setor jurídico visando o desenvolvimento e aproveitamento profissional. Parcerias também com academias e faculdades.

Existem algumas dificuldades com relação a verbas e mais ainda por falta de interesse no desenvolvimento de certos Projetos como a implementação de Programas para dependentes químicos pela falta de interesse da empresa privada. Tal fato evidencia que a empresa não pretende gastar verba com trabalhadores que tenham problemas de maior necessidade e longa resolução, preferindo buscar mão-de-obra para suprir e abastecer fora, descartando mesmo qualificada, no mercado de trabalho.

Ao se referir aos objetivos da empresa atribuídos à sua profissão relaciona-os as demandas oriundas das diversas ações e Projetos empregados. A EISA têm muitos funcionários, os quais internamente são referidos como colaboradores (dando uma ideia de interação e cooperação). Chegando ao número de três mil, estimativa propensa a alterações eventuais. Há variadas profissões como chapeador, gasista, guindasteiro, pintor, montador de andaime, soldador, eletricista etc. que compõem a mão-de-obra empregada pela EISA, junto a qual o Serviço Social emprega Projetos e ações voltadas a necessidades dos trabalhadores, com as possibilidades da empresa. Dentre elas se destaca a necessidade de educação continuada e escolarização.

Os objetivos da empresa para o serviço social variam, desde acompanhamentos e soluções dos casos até o emprego de Programas, Projetos e eventos referentes a qualidade de vida do colaborador. A execução do setor se volta a essas atividades que são estabelecidas por instância superior, sempre de acordo com parâmetros da chefia.

O Serviço Social acompanha os casos graves, visando aproximação junto à empresa. Através da mediação. São feitos relatórios e pareceres a respeito de abono social, com bastante frequência. Através de comprovações legais e justificativas com ou sem comprovante. Este atendimento ocorre de onze e trinta ao meio-dia e trinta. Existem muitos casos de absenteísmo, que é demarcado se o colaborador recorrer a mais de quinze atestados no período de sessenta dias.

Fora deste período, pela manhã, atende casos como os de reabilitação profissional, ou seja, quando já se instalou alguma situação que leva o trabalhador ao afastamento, por doença do trabalho, decorrente ou não de acidentes, cujo teor é respondido por e-mail como ofício de resposta, ao INSS. É preciso haver relação com o INSS, se não houver a empresa está sujeita a multa. Há muita demanda deste serviço, o setor é repleto de pastas, documentações e arquivos referentes. Em casos de reabilitação, no retorno do colaborador há um espaço de quinze a trinta dias para o mesmo trocar de função, isto é fazer sua readaptação ao trabalho. Em se tratando de acidentes de trabalho ou auxílio doença, das quais as mais recorrentes são a hérnia de disco e o câncer, não podendo os casos se relacionarem diretamente com o processo de trabalho, exigência dos programas, para que obtenham esse resultado.

Direta ou indiretamente a empresa atinge seu objetivo e o Serviço Social conjuntamente alcança suas metas. Atualmente sua função consiste em implementar

eventos e Projetos com os demais setores e chefias. Há possibilidades de crescimento e aumento nas propostas de atuação e expansão de atividades.

A relação da empresa com seus usuários / população atendida, suas possíveis falhas são observadas e descritas, mas o setor não recebe muitas reclamações. Entretanto não há tantas relações intersetoriais, devido ao tempo escasso e pouco pessoal. Sempre que necessitam de aval, se reportam ao gerente geral da produção que precisa autorizar os eventos e ações implementadas pela equipe do Serviço Social, que autoriza mediante pleito a participação dos colaboradores. Algumas vezes ocorrem divergências de opiniões quanto ao andamento dos conflitos referentes entre empresa e colaborador. O serviço Social procura flexibilizar as situações em suas atuações. A sugestão para solucionar as falhas citadas é aumentar o contingente de profissionais, para ampliar a atuação. E, aumentar a relação intersetorial.

Como visto somente podemos atribuir ao Serviço Social um trabalho preventivo com relação ao tabagismo, ou seja, há uma preocupação com a saúde do trabalhador neste sentido, conforme a própria Assistente Social afirma existem muitas decorrências provenientes deste hábito e para tanto a Empresa dá sua aprovação para projetos desta natureza. Porém, em se tratando de prevenção de acidentes veremos a seguir que essa preocupação fica somente a cargo da CIPA, conforme veremos no próximo item.

#### **4.5. A CIPA e a ideia de prevenção de acidentes**

Foram entrevistados dois funcionários, um deles é técnico em Segurança no Trabalho, e as perguntas ocorreram simultaneamente com um dos membros da CIPA que a integra por indicação da chefia na empresa e sua formação é na área de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, com pós-graduação em QSMS (Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança) além de ser também técnico em Segurança no Trabalho. E complementações de outro funcionário do setor. Foi realizada dentro do setor de Segurança e atividades relacionadas e pôde ser gravada. Com a participação de ambos que constantemente se complementaram em suas respostas.

O Técnico em Segurança no Trabalho trabalha na EISA há três anos. E o seu superior está lá há doze anos no total. No mesmo setor ainda existe uma terceira pessoa que também possui nível técnico, mas no momento estava ocupado e passou quase toda entrevista ausente do setor, pois estava a apresentar o estaleiro para um grupo de possíveis futuros empregados, que participavam de um processo seletivo no dado instante ao qual estava sendo conduzido o questionário no setor.

Ambos entrevistados explicaram sobre as diferenças das funções entre o próprio setor de Segurança no Trabalho ao qual pertencem e as atribuições da CIPA. O setor tem obrigações constantes com pessoal qualificado. Desempenhando papel de caráter controlador e de extrema responsabilidade, além de tomada de decisões constantes e atitudes imediatas de grande valia para a empresa, seguindo seus critérios e protocolos estabelecidos.

No caso da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, a grande maioria dos seus membros é escolhida através de votação anual, dentre os próprios funcionários e não é preciso ter determinadas qualificações para se candidatar. Explicaram que na EISA existem hoje dezessete membros, e esse número pode variar dependendo do quantitativo de funcionários, estabelecido na NR5. A intenção desta Comissão é a prevenção de acidentes. Alertar quanto a desvios ambientais e de segurança. Estas normas são para área técnica, de segurança. Obrigatória pelo Ministério do Trabalho e Emprego de acordo com os entrevistados, que a citaram.

Esclarecem que as intenções de ambos são parecidas, quando não as mesmas, sendo com a Segurança no Trabalho existe grande planejamento estratégico, e olhar direcionado a aplicação geralmente já planejada e arquitetada, além da experiência do pessoal para a questão. E com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), vem a oportunidade dos funcionários se envolverem mais com o assunto de prevenção em acidentes e colaborarem através de vivências e suas observações quotidianas. Os papéis possuem similaridades, mas o direcionamento e as medidas variam.

Afirmam que no caso da CIPA, pode ser uma oportunidade para os funcionários se envolverem mais com questões de melhorias de condições de trabalho e qualidade de vida. E o que está ligado à suas atividades diretamente como Equipamentos de proteção Individuais e Coletivos (EPI's, EPC's), uma nova ferramenta e seu devido manejo ou sua periculosidade. Permitindo melhoras internas como a reforma dos vestuários, revisões de equipamentos, através de ações como mapas de risco e patrulhas. A CIPA pode indicar problemas não observados.



Os entrevistados explicam que o fato de ter um membro da CIPA que atua no setor de Segurança no Trabalho fortalece e dá maior credibilidade às campanhas e ações. Consideram de grande responsabilidade suas atuações, pois cuidam de muitas pessoas, investigam acidentes, fazem contagens e muitas vezes dependem dos funcionários. O trabalho gira em torno da antecipação e da prevenção. Ambos acreditam ser fundamental a atuação da EISA nesta questão ao promover treinamentos, conscientizar e estimular a participação e envolvimento.

Julgam como o maior objetivo da Comissão, a diminuição de acidentes ou o não acontecimento através de medidas tomadas. Os entrevistados veem este Trabalho de Conclusão de Curso de maneira extremamente positiva e de grande relevância.

O que se percebe através desta entrevista é que não há uma visão crítica da questão e que o discurso é o mesmo da empresa, portanto cumprem rigorosamente a proposta de prevenção de acidentes com base na CIPA, não há aprofundamento da questão uma vez que estes levam a empresa a diminuir sua capacidade produtiva e conseqüentemente o lucro. São em maioria, atitudes repetidas e reproduzem os ditames das grandes empresas e hegemonia dominante.



**Figura 1**

## **CONCLUSÃO**

Junto ao processo de democratização do país nas duas últimas décadas, a saúde pública, os setores sindicais e acadêmicos tomaram uma série de práticas denominadas posteriormente de Saúde do Trabalhador. Há discussões e estudos que a distinguem da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional. Muitos destes estudos ainda estão caminhando na definição real do conceito de Saúde do Trabalhador de maneira mais precisa.

Historicamente a questão do trabalho vinha associada ao castigo e à submissão esperada de um servo, um escravo ou categorias assemelhadas. Com a Revolução Industrial o trabalhador livre vende sua força de trabalho e se torna mais uma peça no maquinário das fábricas. Condições precárias de trabalho, jornadas extenuantes e

ambientes extremamente insalubres, sem contar o favorecimento de multiplicação de doenças infecto-contagiosas e a propensão de mutilações e mortes sem grandes preocupações com a proteção deram visibilidade a questão. Em 1833 o Factory Act toma corpo e começa a discutir a ideia Engels (1892/1975) aborda em sua obra A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, as condições desumanas as quais o trabalhador se submete.

No caso em que uma constituição mais robusta, uma alimentação melhorada e outros fatores permitiram ao jovem operário resistir a estes efeitos de uma exploração barbara, constatamos pelo menos dores nas costas, nas ancas e nas pernas, tornozelos inchados, varizes, assim como grandes úlceras persistentes nas coxas e nas barrigas das pernas. Estes males estão generalizados entre os operários. Os relatórios de Stuart, Mackintosh e Sir D. Barry contem centenas de exemplos, e realmente quase não conhecem operários que não sofram de algumas destas afecções; nos outros relatórios, a presença das mesmas consequências esta. confirmada pelo menos por vários médicos. Os relatórios que se referem a Escócia demonstram de maneira indubitável, graças a inúmeros exemplos, que um trabalho de 13 horas provoca, mesmo nos operários dos dois sexos de dezoito a vinte e dois anos, pelo menos os efeitos descritos, tanto nas fiações de linho de Dundee e de Dunfermline, como nas fábricas algodoeirias de Glasgow e de Lanark. Todos estes males são explicáveis sem dificuldade pela natureza do trabalho na fabrica, que e, segundo dizem os industriais, muito «facil», mas que, precisamente devido a sua facilidade, e mais estafante que qualquer outro. Os operários tem pouca coisa a fazer mais são constringidos a ficar constantemente de pé sem se poderem sentar. Quem quer que se sente no l ).-i.rapeito duma janela ou num cesto e punido. Esta permanência de pé, esta pressão mecânica permanente da parte superior do corpo sobre a coluna vertebral, sobre as ancas e as pernas, produz obrigatoriamente os efeitos acima mencionados. (ENGELS, pg. 201,1892)

A presença médica nas fábricas representava tanto um esforço para detectar os processos danosos à saúde quanto uma estratégia do empresariado para recuperação da saúde do trabalhador. A força de trabalho era fundamental para industrialização emergente. A Medicina do Trabalho tem bases até hoje com visão quase total na biologia e é bastante individual. Restringindo à fábrica. Há relação unívoca e unicausal, cada doença um agente etiológico, as causas das doenças e acidentes a partir disso. É a concepção de causalidade das doenças.

Existem dificuldades em reconhecer doenças de trabalho por sua semelhança a outras patologias. E pela atual grande rotatividade gerada pela terceirização. Quando há constatação de doenças na seleção da força de trabalho, na prática funciona para impedimento de indivíduos cuja saúde esteja comprometida. Na Saúde Ocupacional traz proposta interdisciplinar. É derivada da interação constante entre agente (que acabam sendo riscos assumidos como peculiaridades naturalizadas de objetos e meios de trabalho), hospedeiro e ambiente, que seria um aprimoramento da multicausalidade simples. Não se leva em conta as razões que se situam nas origens das doenças.

Portanto, mesmo com avanços significativos no campo conceitual, apontando novos enfoque e práticas de relação trabalho-saúde, englobadas na denominação de Saúde do Trabalhador, há confrontos no cotidiano, com a hegemonia da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional. Entrando em questão a já identificada distância entre a produção do conhecimento e sua prática, mais ainda em campo fortemente ameaçador, no qual a busca de soluções quase sempre se confronta com interesses econômicos arraigados e imediatistas. Não contemplando os investimentos indispensáveis que garantem dignidade e vida no trabalho.

A partir de referências relacionadas à questão da constante busca por condições mais dignas e humanas de trabalho e vida quotidiana para a classe trabalhadora que remonta a outros séculos, e a forte estrutura econômica capitalista instaurada mais intensamente nas últimas décadas, a Saúde do Trabalhador dentro do Serviço Social deve ser mais discutida e analisada. Penetrando nas mais diversas áreas do conhecimento acadêmico que interessam o assunto, buscando interação.

Visando conjuntamente um maior alcance com debates e participações ativas na construção de espaços mais amplos e acessíveis de relações setoriais e que envolvam com isso a população, refletindo posteriormente na abrangência de maiores números de funcionários relacionados e mais conscientes de sua participação. Para tanto, há necessidade primeiramente de se colocar assuntos como a CIPA e suas críticas, a prevenção de acidentes, atuação profissional nas indústrias, a área naval com as peculiaridades em pauta. É preciso haver mais produção acadêmica que indique a importância e faça levantamentos pertinentes para que se avance o debate, e conseqüentemente gere ações mais contundentes e eficazes, que dessa forma, futuramente traga melhores condições para classe trabalhadora.

Como se pôde constatar com base na pesquisa qualitativa produzida um grande ponto é a pouca comunicação intersetorial. Outras críticas ficam a cargo de pouco pessoal no Serviço Social, embora esse número escasso possa contribuir com uma visão mais crítica, e falta de verba para investimentos em campanhas de prevenção de acidentes e conscientização. Por isso o desafio profissional está no desdobramento que atraia maior atenção à questão da atuação conjunta no planejamento estratégico capaz de expandir com base na prevenção e informação prévia, assim como na relação com o assistente social e o sindicato a Delegacia Regional do Trabalho. Diminuindo as demandas de acidentados e encaminhamentos para o INSS e Previdência, quando já constatado a necessidade de afastamento. Para melhorar e dinamizar esse processo. É preciso haver maior produção acadêmica e comprometimento profissional sobre a importância da junção de prevenção de acidentes de trabalho, as indústrias e o Serviço

Social. Sendo um elo de comparação, referência e busca de melhorias para os trabalhadores e para uma sociedade mais justa e digna.

## Referências Bibliográficas:

- CURIA, Luiz Roberto. CÉSPEDES, Lívia. NICOLETTI, Juliana. **Segurança e medicina do trabalho**. Obra coletiva de autoria da editora Saraiva, 12ª edição, 2013.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho, tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira, 5ª. Ed. Ampliada, São Paulo, Cortez – Oboré, 1992.
- DIESAT, abril 2010, edição Nº 05; Disponível em <http://www.diesat.org.br/arquivos/Informativo%20Abril.pdf>. Acessado em 10/06/2015
- ENGELS, Friedrich, **A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra**. Edições Afrontamento, Maio de 1975.
- INOUE, Marileia Franco Marinho, Imigração Japonesa e Engenharia Naval: o papel e a importância da Ishikawajima do Brasil, In: **Revista Maracanan**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, dossiê de Imigração, vol. VI, No. 6, Rio de Janeiro, Janeiro/dezembro de 2010.
- IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2010
- LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde In: **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(4):757-766, abril de 2007.
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Abril Cultural, Berlim, 1972.
- MICHAEL, Oswaldo. **Controle do uso de produtos perigosos causadores de dependência e lesões entre os trabalhadores**, São Paulo, .LTr Editora Ltda, 2002
- MINAYO- GOMEZ, Carlos e THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. **A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas**, Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 13(Supl. 2):21-32, 1997 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1361.pdf> )
- PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SANTOS, M. A. A reestruturação produtiva e seus impactos na saúde do trabalhador. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 82, p. 73-85, jul. 2005.
- SILVA, Mara Regina Chuairi da. **Acidente de trabalho**. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1984. 72 p.. (Cadernos do Isop no 2 - Ergonomia II)

## Hemerografia:

- Disponível em: <https://www.mar.mil.br/amrj/>, Acessado em 25/02/2014
- Disponível em: [http://www.defesabr.com/MB/mb\\_amrj\\_historia.htm](http://www.defesabr.com/MB/mb_amrj_historia.htm), Acessado em 01/04/2014.
- Disponível em: [http://www3.mte.gov.br/politicas\\_juventude/aprendizagem\\_formacao\\_direitos.asp](http://www3.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem_formacao_direitos.asp), Acessado em 10/06/2014.
- Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20631/20631.PDFXXvmi=Kq3hG96Hfzw1I9pgs9BIbJR9sqMp7FPR7SaN3gviP3kcdKtGT5p6PifjJ3JQlZJPstEwaaP1ebdrVH9PNAVDScWCgHt0hdQL7uihF9iUkwmgfw7374H1gEDxm7xFloqsUJKAS4udBSuQqCUxGCzXhdvFI5kHuLbpvV1o1wDDp9uQLpps30qleX1A4miz8tZEq04swl6XRBPD2g75qxrws7BPpbZUaEmblPIrVHjwwXAN5F5E8BcBINr9Zr4a6ql>. Acessado em 09/09/2014
- Disponível em: <http://books.scielo.org/id/sfwjtj/pdf/andrade-9788575413869-46.pdf>.. Acessado em 26/09/2014.
- Disponível em: [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1227209981.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1227209981.pdf), Acessado em 05/10/2014.
- Disponível em: [http://www.foar.unesp.br/Home/ComissoeseComites/CIPA/curso\\_cipa.pdf](http://www.foar.unesp.br/Home/ComissoeseComites/CIPA/curso_cipa.pdf), Acessado em 10/10/2014.
- Disponível em: [http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1227209981.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1227209981.pdf), Acessado em 17/10/2014

[http://www.cvs.saude.sp.gov.br/up/ST%20no%20SUS%20\(RBSO.v38n127a03\).pdf](http://www.cvs.saude.sp.gov.br/up/ST%20no%20SUS%20(RBSO.v38n127a03).pdf), acessado em 27/10/2014

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm), Acessado em 06/11/2014

Disponível em: [http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt\\_1248650.pdf](http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_1248650.pdf), Acessado em 10/11/2014

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a09>, Acessado em 14/11/2014

<http://marbrasileirotocolando.blogspot.com.br/2010/04/construcao-naval.html>, Acessado em 21/11/2014

Disponível em: <http://www.apimecrio.com.br/eventos/seminarios/realizados/2012/mar/naval/apresentacao/Jorge%20Gon%C3%A7alves%20EISA.pdf>, Acessado em 09/01/2015.

Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/aeps-2013-secao-iv-acidentes-do-trabalho-tabelas/>, Acessado em 10/06/2015

Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/estatisticas-de-acidentes-de-trabalho/inicio>, Acessado em 10/06/2015

Disponível em: <http://www.tst.jus.br/web/trabalhoseguro/dados-nacionais>, Acessado em 10/06/2015

Disponível em: <http://www.segurancanotrabalho.eng.br/estatisticas.html>, Acessado em 10/06/2015

Disponível em: <http://www.sintserj.org.br/>, Acessado em 10/06/2015

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acessado em 06 de novembro de 2014.

Disponível em: <http://marbrasileirotocolando.blogspot.com.br/2010/04/construcao-naval.html>, Acessado em 21 de novembro de 2014

Disponível em <http://marbrasileirotocolando.blogspot.com.br/2010/04/construcao-naval.html>, Acessado em 21 de novembro de 2014

Disponível em: <http://www.apimecrio.com.br/eventos/seminarios/realizados/2012/mar/naval/apresentacao/Jorge%20Gon%C3%A7alves%20EISA.pdf>. Acessado em 09/01/2015.

Disponível em <http://www.portaldaindustria.com.br/sesi/>, Acessado em 04/11/2015.

Disponível em: <http://www.fetecpr.org.br/trabalho-que-fero-adoece-e-mata/>, Acessado em 04/11/2015

Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/2011/05/25/grandes-encomendas-fazem-estaleiro-eisa-trabalhar-24h/>, Acessado em 04/11/2015

## Vídeo

NICOLET, Jean-Louis. **Piper Alfa - o erro**, [WWW.FRL.FR](http://WWW.FRL.FR), Los Filmes Roger Leenhardt, Consultoria em confiabilidade humana, Jean-Louis Nicolet, Narração com livre interpretação da realidade Sidney Jezequel, 2001.

PETROBRÁS, **Segurança com as mãos**. Vídeo produzido na Refinaria de Paulínia, Petrobrás, Paulínia, fevereiro de 2004.

## Notas de aula

SANDER, Higo. Segurança do Trabalho, Estaleiro Mauá, Niterói, s/data.